

Mogi Guaçu, 15 de julho de 2025

REQUISIÇÃO 95/2025

ASSUNTO: Solicitação de Reserva de Empenho para Aquisição do elevador para o prédio do curso da Medicina.

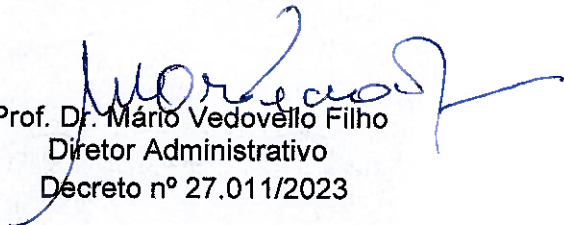
Prezado Thiago Aparecido Dos Santos, Chefe de Setor de Compras

Venho através desta solicitar a reserva de empenho e os respectivos tramites necessários para a aquisição abertura do processo de licitação para aquisição do elevador para o prédio do curso de medicina de acordo com a Lei nº14.133/2021.

- 1) Anexo, encaminho toda a documentação pertinente para abertura do processo, solicito após a reserva que encaminhe o processo ao jurídico e com o parecer encaminha para a CML.

Sem mais, agradeço desde já a atenção.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Mário Vedovello Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 27.011/2023



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1 - IDENTIFICAÇÃO DO SETOR SOLICITANTE

- 1.1 Setor Requisitante: Direção Administrativa
- 1.2 Responsável pela Demanda: Prof. Dr. Mario Vedovello Filho
- 1.3 Cargo: Diretor Administrativo

2 - OBJETO

2.1 Refere-se à processo de aquisição, e instalação e manutenção preventiva, via processo licitatório, de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600 kg a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, em substituição ao P.A. 47/2025.

3 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. **Finalidade da Aquisição** A aquisição de um elevador cabinado, com capacidade para 8 pessoas, destina-se a atender às necessidades de acessibilidade e mobilidade no prédio que abriga o curso de Medicina da FMPFM. Este investimento é imprescindível para assegurar a inclusão e a promoção da igualdade de acesso às dependências da instituição, em conformidade com as exigências legais e operacionais.

3.2. **Fundamentação Legal** A aquisição do elevador fundamenta-se nas disposições da legislação brasileira sobre acessibilidade, em especial:

3.2.1 **Lei nº 10.098/2000:** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.2.2 **Decreto nº 5.296/2004:** Regulamenta a Lei nº 10.098/2000, determinando que edificações de uso coletivo, como instituições de ensino, devem ser acessíveis.

3.2.3 **ABNT NBR 9050:2020:** Norma técnica que dispõe sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, incluindo especificações para elevadores em prédios públicos.

3.2.4 **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015):** Reforça a obrigatoriedade de eliminar barreiras arquitetônicas que dificultem o acesso das pessoas com deficiência aos serviços educacionais.

3.2.5 Além disso, como se trata de uma faculdade pertencente a uma autarquia municipal, há a obrigação de cumprimento integral dos dispositivos legais relacionados à acessibilidade em prédios públicos.

3.3. **Justificativa Técnica e Operacional** A instalação de um elevador cabinado para 8 pessoas é imprescindível devido aos seguintes fatores:

a) **Atendimento à Legislação:** O prédio da faculdade atualmente não atende plenamente às normas de acessibilidade previstas na legislação brasileira, o que pode comprometer o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, estudantes, docentes e visitantes.

b) **Acessibilidade Universal:** A instalação do equipamento garantirá a inclusão de todos os públicos, promovendo igualdade de condições para o acesso a salas de aula, laboratórios e áreas administrativas.

c) **Segurança e Conforto:** Um elevador adequado para o fluxo estimado de pessoas proporcionará maior segurança e conforto, reduzindo riscos de acidentes e desgastes físicos, especialmente em prédios com múltiplos pavimentos.

d) **Cumprimento da Função Social da Faculdade:** Como entidade pública voltada à educação, a faculdade deve servir de modelo no cumprimento de normas e na promoção da acessibilidade, refletindo seu compromisso com os direitos humanos e a inclusão.

3.4. **Considerações Finais** Dada a relevância da aquisição e a sua adequação às necessidades legais e operacionais da faculdade, reforça-se que o investimento no elevador cabinado para 8 pessoas é indispensável. O equipamento não apenas assegurará a acessibilidade como também permitirá que a



instituição opere em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente o da eficiência e o da legalidade, consagrados na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, garantindo a melhor utilização dos recursos públicos para benefício da sociedade.

3.5 Solicita-se, portanto, a aprovação do processo licitatório para a aquisição do referido equipamento, com especificações técnicas alinhadas às normas vigentes e com orçamento compatível com a disponibilidade financeira da autarquia.

4 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA

4.1 - Para atender a demanda, estima-se o consumo conforme quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

Item	Qtd.	Descrição
1	01	Aquisição e instalação de Elevador cabinado (com fechamento) para 08 (oito) passageiros

4.2 Descrições detalhadas serão referenciadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência

5 - PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Devido à necessidade legal de se oferecer acessibilidade, pretende-se que a aquisição seja finalizada durante o segundo semestre de 2025, uma vez atendidas as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 por este processo administrativo.

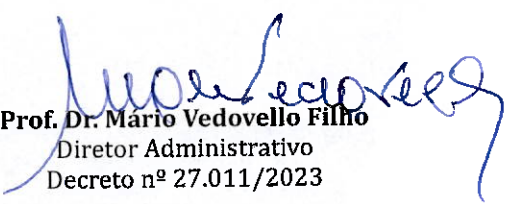
6 - VINCULAÇÃO/DEPENDÊNCIA A OUTRO DFD

6.1 - Não há dependência a outro Documento de Formalização de Demanda.

7 - GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1 - O grau de prioridade da contratação é alto, conforme as justificativas apresentadas no item 3.

Mogi Guaçu, 10 de julho de 2025.


Prof. Dr. Mario Vedovello Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 27.011/2023

MÉDIA

MEDIANA

MENOR

R\$ 295.687,48

R\$ 340.573,43

R\$ 149.000

FILTROS APLICADOS

Descrição

UF Ano da Compra

ELEVADOR PASSAGEIRO, CAPACIDADE CARGA:675 KG, VELOCIDADE:1 M/S, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NUMERO DE PARADAS:2, CONTOLE: MICROPROCESSADO, COMPRIMENTO CABINA:185 CM, LARGURA CABINA:216 CM, ALTURA CABINA:4,20 M, ELEVADOR PASSAGEIRO, MATERIAL PAINEL OPERAÇÃO:ACO INOXIDÁVEL ESCOVADO/ESPELHADO, ACABAMENTO PORTA CABINA:CHAPA AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO, MATERIAL SOLEIRA:ALUMÍNIO EXTRUDADO, TIPO:IDRÁULICO, DISTÂNCIA PERCURSO:ATÉ 18 M, QUANTIDADE PARADAS:ATÉ 7, QUANTIDADE ENTRADAS:1, CAPACIDADE CARGA:450 KG, QUANTIDADE PASSAGEIRO:6, VELOCIDADE:0,63 M/S, TENSÃO ILUMINAÇÃO:110/220 V, FREQUÊNCIA NOMINAL:50 OU 60 HZ, TIPO ACIONAMENTO:PISTÃO INDIRETO, TIPO CONTROLE:COLETIVO NA DESCIDA OU COLETIVO SELETIVO, ALTURA INTERNA:2.310 MM, TIPO ILUMINAÇÃO:FLUORESCENTE (TETO DA CABINA), TIPO PISO:REBAIXADO DE 25 MM, TIPO ESPELHO:BISOTADO INESTIL, ELEVADOR PASSAGEIRO, MATERIAL PAINEL OPERAÇÃO:ACO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO PORTA CABINA:ACO INOXIDÁVEL, TIPO:ELÉTRICO, QUANTIDADE PARADAS:2, QUANTIDADE PASSAGEIRO:8 OU 1 CADEIRA RODAS E 1 ACOMPANHANTE, VELOCIDADE:APROXIMADA 10,00 M/MIN, TIPO ABERTURA PORTA CABINA:DESILZANTE HORIZONTAL/LATERAL 0,80M, TIPO ACIONAMENTO PORTA CABINA:AUTOMÁTICO, ALTURA PORTA CABINA:MÍNIMA DE 2,00 M, ACESSÓRIOS:BOTÕES COM MARCAÇÃO EM BRAILLE E BIP SONORO, USO:DESLOCAMENTO DEFICIENTE FÍSICO/MOBILIDADE REDUZIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MOTOR TRIFÁSICO 380V/AUSÊNCIA CASA MÁQUINA, COMPRIMENTO CABINA:1,40 M, LARGURA CABINA:1,10 M, ALTURA CABI

7 of 27
2024, 2025

Quantidade total de registros: 16
Registros apresentados: 1 a 16

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90017/2024	00001	Pregão	225092	ELEVADOR PASSAGEIRO		UNIDADE	1	R\$149000	AURORA ELEVADORES LTDA	CAMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER - SC	930358 - CAMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER - SC	26/11/2024
90050/2024	00001	Pregão	225092	ELEVADOR PASSAGEIRO		UNIDADE	1	R\$175000	GRAND TECH ELEVADORES LTDA	JUSTICA DO TRABALHO	080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO	07/02/2025
91940/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO		UNIDADE	1	R\$179900	TORO ELEVADORES LTDA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ DE PARANAVAÍ	928591 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ DE PARANAVAÍ	13/12/2024

25

90498/2024	00002	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	2	RS203000	ELEVADORES DIRSAN LTDA	ECE-ESTADO DO CEARÁ	943001 - ECE- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	17/09/2024
90498/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	2	RS203000	ELEVADORES DIRSAN LTDA	ECE-ESTADO DO CEARÁ	943001 - ECE- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	17/09/2024
90605/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS221600	AURORA ELEVADORES LTDA	ECE-ESTADO DO CEARÁ	943001 - ECE- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	29/11/2024
90007/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS246999,96	HIPER COMERCIO & SERVICOS LTDA	RJ - CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ	926369 - PMRJ- CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ	27/11/2024
90008/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	2	RS333754,735	ELESUL ELEVADORES LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	24/05/2024
90003/2024	00006	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024
90003/2024	00007	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024
90003/2024	00004	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024
90003/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024
90003/2024	00003	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	2	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024
90003/2024	00005	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	2	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024
90003/2024	00002	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS347392,13	ELEVADORES DIRSAN LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	28/06/2024

90029/2024	00001	Pregão	460981	ELEVADOR PASSAGEIRO	UNIDADE	1	RS587000	CONSERP MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA	925306 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA	14/08/2024
------------	-------	--------	--------	------------------------	---------	---	----------	--	---	---	------------



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR DE PASSAGEIROS CABINADO

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

1.2 O objetivo principal é estudar a viabilidade aquisição e instalação, via processo licitatório de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600 kg para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, em substituição ao P.A. 47/2025, de acordo com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública conforme Lei Federal 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A aquisição e instalação de um elevador cabinado, com capacidade para 8 pessoas, tem como objetivo atender às necessidades de acessibilidade e mobilidade no prédio que abriga o curso de Medicina da FMPFM. Este investimento é imprescindível para garantir a inclusão e a igualdade de acesso às dependências da instituição, em conformidade com as exigências legais e operacionais.

2.2. A aquisição e instalação do elevador está amparada na legislação vigente sobre acessibilidade, destacando-se os seguintes dispositivos normativos:

- **Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade):** Dispõe sobre a remoção de barreiras e a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O artigo 2º determina que sejam eliminadas barreiras arquitetônicas, urbanísticas e nos transportes, assegurando a inclusão de todos.
- **Decreto nº 5.296/2004:** Regulamenta a Lei nº 10.098/2000 e estabelece que todas as edificações de uso público e coletivo devem ser acessíveis. O artigo 23 especifica que edifícios com mais de um pavimento devem contar com elevadores ou outros meios que garantam a acessibilidade.
- **Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência):** No artigo 53, a lei reforça que estabelecimentos de ensino, incluindo instituições de ensino superior, devem ser plenamente acessíveis para estudantes com deficiência, assegurando igualdade de condições.
- **ABNT NBR 9050:2020:** Define os padrões técnicos para acessibilidade em edificações, incluindo especificações para elevadores em prédios públicos. A norma estabelece requisitos de dimensão, sinalização e segurança para garantir acessibilidade a todas as pessoas.
- **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):** Prevê, em seu artigo 11, inciso IV, que a acessibilidade deve ser observada na execução de contratações públicas, reforçando a obrigação da Administração Pública em adotar soluções acessíveis.

2.3. A instalação de um elevador cabinado para 8 pessoas é essencial devido aos seguintes fatores:



a) **Atendimento à Legislação:** O prédio da faculdade atualmente não atende plenamente às normas de acessibilidade previstas na legislação brasileira, o que compromete o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, estudantes, docentes e visitantes.

b) **Acessibilidade Universal:** A aquisição do equipamento permitirá que todos os indivíduos possam circular livremente pelo edifício, garantindo equidade de acesso a salas de aula, laboratórios e áreas administrativas.

c) **Segurança e Conforto:** Um elevador adequado ao fluxo de pessoas proporcionará maior segurança e conforto, reduzindo riscos de acidentes e desgastes físicos, especialmente em prédios com múltiplos pavimentos.

d) **Cumprimento da Função Social da Faculdade:** Como entidade pública voltada à educação, a faculdade deve servir de modelo no cumprimento das normas de acessibilidade, refletindo seu compromisso com os direitos humanos e a inclusão.

2.4. Dada a relevância da aquisição e sua adequação às necessidades legais e operacionais da faculdade, reforça-se que a implantação do elevador cabinado para 8 pessoas é indispensável. O equipamento não apenas garantirá a acessibilidade, mas também permitirá que a instituição opere em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente os da legalidade e eficiência, consagrados na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

2.5 Diante do exposto, solicita-se a aprovação do processo licitatório para a aquisição do referido equipamento, garantindo conformidade com as normas vigentes e otimizando os recursos públicos para atender plenamente às necessidades da comunidade acadêmica e administrativa da instituição.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕE O CONJUNTO

3.1 O quantitativo e a descrição técnica estão especificados abaixo:

Descrições Gerais			
Item	Equipamento	Componente	Característica
1	Elevador Cabinado de passageiros	Tipo de equipamento	Elevador de passageiros Hidráulico
		Destinação	Comercial
		Normas Aplicadas	NBR 12892:2022 - "Elevadores unifamiliares ou de uso por pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação
		Acionamento	Hidráulico 2:1
		Capacidade	600 kg ou 8 passageiros
		Percurso Aproximado	Até 4,00m
		Paradas automáticas	02 (T + 1)
		Sistema Motor	Elétrico/Hidráulico
		Velocidade da Cabina	0,50 m/s
		Posição do Pistão	Indireto lateral
		Válvula de segurança	Válvula paraquedas.
		Viagens por horas	40 - 50
		Cabina	
		Quantidade de guias para cabina	02 - Laterais
		Estrutura	Aço escovado 441
		Dimensões da Cabina	1,10x1,40x2,10 (L x P x H)

		Acabamento	Aço inox escovado e painéis decorativos MDF com Fundo e Lateral em vidro laminado
		Botoeira	Em aço inox com display de indicação de cabina e botão em braille
		Subteto	Plafon e iluminação LED; Luz de emergência embutida
		Acabamento do piso	PVC alta resistência antiderrapante
		Interfone	Incluso - ponto de ligação na cabina e na casa de máquinas
		Porta da Cabina	Automática, Abertura lateral 2 folhas
		Quantidade	01 - Unilateral
		Proteção da porta	Barreira infravermelho
		Portas de Pavimento	
		Quantidade de Entradas	02 (uma por pavimento)
		Quantidade de Portas	2
		Tipo	Automática abertura lateral 02 folhas
		Vão Livre de Abertura	0,80x2,00 m (L x H)
		Acabamento	Aço escovado / vidro laminado
		Botoeiras de Pavimento	
		Quantidade de botoeiras	02 (uma por porta de pavimento)
		Indicador de posição digital na cabina	Incluso em todas as botoeiras
		Acabamento	Aço escovado
		Sistema de Comando	
		Painel de comando	Eletrônico micro processado
		Renivelamento	Automático
		Sistema de manobra	Universal
		Falta de Energia Elétrica	Retorno automático para piso inferior
		Anunciador digital	indicação de sentido e andar de parada na cabina
		Torre Metálica Autoportante	
		Fornecimento	Incluso
		Acabamento	Pintura eletrostática
		Fechamento	vidro laminado 8mm
		Infraestrutura necessária Instalação	
		Medidas internas da caixa de corrida	1,70 x 1,90 m (L x P)
		Profundidade do Poço	entre 0,80m e 1,20m
		Última altura mínima	3,20 m
		Casa de máquinas	em qualquer pavimento
		Tensão de Alimentação	220 volts, trifásico
		Tensão de Iluminação	220 volts independente
		OBS.: MEDIDAS APROXIMADAS A SEREM CONFIRMADAS NO PROJETO ESPEDÍFIO PELA GANHADORA/CONTRATADA	

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 A contratação alinha-se ao planejamento estratégico da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro (FMPFM);



4.2 Entretanto, não há previsão da futura contratação no Plano Anual de Contratação, sendo essa aquisição de natureza única, devendo apenas ser considerado nos orçamentos futuros os valores para manutenções e reparos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade.

5.2 Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme preceitua o artigo 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 O objeto da contratação, por possuir padrões de desempenho e características gerais específicas encontradas usualmente no mercado e objetivamente definidas, poderá ser classificado como "bem comum" e adquirido por meio de processo licitatório, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da lei 14.133, de 2021.

5.4 A forma de escolha do fornecedor deverá ser por licitação do tipo "menor preço", na modalidade "pregão eletrônico", com ampla concorrência, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, visando a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública.

5.5 A garantia na prestação dos serviços consistirá em todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações subsequentes, ficando a fornecedora dos bens responsável pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos porventura entregues com defeito, danificados, não compatíveis com as especificações do objeto ou em desacordo com a legislação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 A partir de uma pesquisa de mercado, foram identificados os seguintes fornecedores capazes de atender a esta demanda:

- **Fornecedor 1:** ENGETAX EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 03.205.968/0001-42;
- **Fornecedor 2:** GROMOS ELEVADORES, CNPJ nº 18.382.943/0001-91;
- **Fornecedor 3:** SERAL OTIS IND. METALÚRGICA LTDA., CNPJ nº 46.382.206/0001-24; e
- **Fornecedor 4:** ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA, CNPJ nº 00.028.986/0054-10.

6.2 Como se trata de processo licitatório, optou-se pela medição do valor médio via painel de Preços, site do Ministério do Planejamento que serve de parâmetro de valores médios das aquisições realizadas pela Administração, disponível em paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-materiais:

Item	Descrição	Média de preço
1	Elevador comercial para 8 passageiros ou 600 kg com kit de instalação	R\$ 295.687,48

6.3 Com base na pesquisa de mercado, o custo estimado total da contratação é de **R\$ 295.687,48 (Duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos;**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução proposta envolve a aquisição de um elevador cabinado com capacidade para 8 pessoas, pensado para transformar a experiência de mobilidade e acessibilidade no prédio que abriga o curso de Medicina. Essa solução integra os seguintes aspectos:

7.1.1 Conformidade com a Legislação e Normas de Acessibilidade

- a. **Legislação Aplicável:** A aquisição será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege os processos licitatórios, e também com a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 e a ABNT NBR 9050:2020, que asseguram a eliminação de barreiras e a promoção da acessibilidade.
- b. **Inclusão e Equidade:** A solução garante que o edifício esteja adequado para atender a pessoas com mobilidade reduzida, proporcionando igualdade de acesso a todas as áreas, de salas de aula a laboratórios e demais dependências.

7.1.2 Especificações Técnicas e Funcionalidade

- a. **Capacidade e Dimensões:** O elevador será dimensionado para acomodar confortavelmente 8 pessoas, incluindo espaço adequado para cadeiras de rodas e equipamentos de apoio, conforme as normas de acessibilidade.
- b. **Interface e Usabilidade:** O equipamento contará com painéis de comando acessíveis, com botões em braile, sinalização tátil e indicação sonora, facilitando o uso para pessoas com deficiências visuais ou auditivas.
- c. **Eficiência Operacional:** Projetado para oferecer um tempo de deslocamento adequado e minimizar o tempo de espera, o elevador também deverá apresentar um consumo energético otimizado e sistemas de manutenção preventiva.

7.1.3 Segurança e Bem-Estar dos Usuários

- a. **Sistemas de Segurança:** A solução inclui dispositivos de segurança como alarmes, sensores de sobrecarga, freios de emergência e mecanismos antipânico, além de sistemas de comunicação e iluminação de emergência.
- b. **Conforto Interno:** O design interno do elevador prioriza o conforto e a ergonomia, com acabamentos que reduzem ruídos e vibrações, climatização adequada e iluminação que favoreça uma experiência agradável aos usuários.

7.1.4 Integração com a Infraestrutura Existente

- c. **Compatibilidade Arquitetônica:** A instalação do elevador será planejada de forma a integrar-se harmoniosamente com a estrutura existente, evitando adaptações que possam comprometer a integridade do prédio.
- d. **Manutenção e Sustentabilidade:** O projeto considera não apenas a aquisição do equipamento, mas também um plano de manutenção contínua, visando garantir a durabilidade do sistema e o uso eficiente dos recursos públicos, em linha com os princípios da economicidade e eficiência da Lei nº 14.133/2021.

7.1.5 Transparência e Eficiência no Processo de Contratação

- e. **Processo Licitatório:** Todo o procedimento será realizado por meio de um processo licitatório que assegure transparência, competitividade e a seleção da melhor proposta técnica e financeira.
- f. **Gestão de Riscos e Garantias:** O contrato incluirá cláusulas que prevejam penalidades, garantias e seguros, mitigando riscos e assegurando a continuidade dos serviços mesmo diante de imprevistos.

7.2 Assim, a aquisição do elevador representa uma solução integrada que combina requisitos técnicos, legais e operacionais para garantir um ambiente acessível, seguro e confortável. Este investimento não só moderniza a infraestrutura do prédio, mas também reafirma o



compromisso da instituição com a inclusão, a qualidade dos serviços oferecidos e a utilização eficiente dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

8.1 O não parcelamento do serviço é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, uma vez que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo Fornecedor, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços.

8.2 Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajosa para a Administração Pública e por representar prejuízo ao conjunto complexo do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Os resultados pretendidos com a aquisição do elevador se fundamentam em princípios de economicidade, eficiência e eficácia, e podem ser descritos da seguinte forma:

9.1.1 Economicidade:

- a. **Otimização dos Recursos Públicos:** A escolha de um equipamento com alto desempenho e baixa necessidade de manutenção contribui para a redução dos custos operacionais ao longo do ciclo de vida, assegurando que o investimento seja sustentável e proporcione retorno financeiro a longo prazo.
- b. **Redução de Custos com Infraestrutura:** Ao integrar a solução à infraestrutura existente, minimiza-se a necessidade de obras e adaptações onerosas, garantindo o uso racional dos recursos.

9.1.2 Eficiência:

- a. **Operação Ágil e Confiável:** A implementação de um elevador com tecnologia moderna e sistemas de segurança integrados possibilita um tempo de deslocamento adequado, reduzindo esperas e otimizando o fluxo de pessoas, o que é crucial em ambientes de alta demanda como uma faculdade.
- b. **Gestão Proativa:** A adoção de um plano de manutenção preventiva e monitoramento contínuo do equipamento assegura a operação ininterrupta e a resolução rápida de eventuais falhas, contribuindo para a continuidade dos serviços.

9.1.3 Eficácia:

- a. **Atendimento Integral às Normas de Acessibilidade:** A solução garante que o prédio cumpra rigorosamente as normas legais e técnicas (como a ABNT NBR 9050 e as diretrizes do Decreto nº 5.296/2004), promovendo a inclusão e o acesso universal para todos os usuários, especialmente aqueles com mobilidade reduzida.
- b. **Melhoria na Experiência do Usuário:** Ao proporcionar conforto, segurança e acessibilidade, o elevador melhora significativamente a qualidade de vida de estudantes, docentes e visitantes, garantindo um ambiente acadêmico mais inclusivo e acolhedor.

9.1.4 Transparência e Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

- a. **Processo Licitatório Claro e Competitivo:** O uso dos ditames da nova lei de licitações assegura a transparência, a competitividade e a isonomia na contratação, além de estabelecer critérios objetivos que alinhem as propostas à melhor solução técnica e financeira.
- b. **Gestão de Riscos e Garantias Contratuais:** Cláusulas contratuais robustas e uma avaliação criteriosa dos riscos garantem que quaisquer imprevistos sejam rapidamente mitigados, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço.

9.2 A aquisição do elevador não só atende aos requisitos legais e técnicos de acessibilidade e segurança, como também proporciona ganhos significativos em termos de economicidade, eficiência operacional e eficácia na prestação dos serviços. Isso resulta em um ambiente mais inclusivo, seguro e funcional, refletindo o compromisso da instituição com a excelência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1 Visando a correta execução contratual, a Contratante deverá adotar as seguintes providências, dentre outras, objetivando a adequação do ambiente organizacional:

10.1.1 Definição dos servidores públicos que farão parte da equipe de fiscalização do objeto contratado;

10.1.2 Acompanhamento dos serviços contratados, objetivando eventuais adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

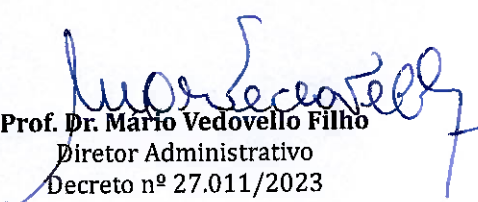
11.1 A contratação pretendida não incorrerá em impacto ambiental, devendo a contratada adotar práticas de sustentabilidade ambiental.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação é viável para o atendimento da necessidade a que se destina.

12.2 Para a despesa desta contratação a indicação da dotação orçamentária fica postergada para outro momento que antecede a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Mogi Guaçu, 11 de julho de 2025.



Prof. Dr. Mário Vedovello Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 27.011/2023



TERMO DE REFERÊNCIA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - F.M. 249/2025

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR DE PASSAGEIROS, CABINADO, PARA O PRÉDIO DO CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO

1- OBJETO

1.1. Refere-se à processo de aquisição, via processo licitatório de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600 kg a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, em substituição ao P.A. 47/2025;

1.1.1 O produto, objeto dessa licitação, deverá ser instalado no prédio descrito no item 1.1 deste Termo de Referência localizada a Rodovia dos Estudantes, S/N, Cachoeira de Cima, Mogi Guaçu, SP. CEP.: 13.845-971

1.2. A Empresa vencedora deverá ter consignado em seu ato constitutivo o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 Aquisição e instalação de elevador cabinado para 8 (oito) passageiros e capacidade de 600 kg, deverá obedecer às seguintes características mínimas:

Descrições Gerais			
Item	Equipamento	Componente	Característica
1	Elevador Cabinado de passageiros	Tipo de equipamento	Elevador de passageiros Hidráulico
		Destinação	Comercial
		Normas Aplicadas	NBR 12892:2022 - "Elevadores unifamiliares ou de uso por pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação
		Acionamento	Hidráulico 2:1
		Capacidade	600 kg ou 8 passageiros
		Percurso Aproximado	Até 4,00m
		Paradas automáticas	02 (T + 1)
		Sistema Motor	Elétrico/Hidráulico
		Velocidade da Cabina	0,50 m/s
		Posição do Pistão	Indireto lateral
		Válvula de segurança	Válvula paraquedas.
		Viagens por horas	40 - 50
		Cabina	
		Quantidade de guias para cabina	02 - Laterais
		Estrutura	Aço escovado 441
		Dimensões da Cabina	1,10x1,40x2,10 (L x P x H)
		Acabamento	Aço inox escovado e painéis decorativos MDF com Fundo e Lateral em vidro laminado
		Botoeira	Em aço inox com display de indicação de cabina e botão em braile
		Subteto	Plafon e iluminação LED; Luz de emergência embutida
		Acabamento do piso	PVC alta resistência antiderrapante

		Interfone	Incluso - ponto de ligação na cabina e na casa de máquinas
		Porta da Cabina	Automática, Abertura lateral 2 folhas
		Quantidade	01 - Unilateral
		Proteção da porta	Barreira infravermelho
		Portas de Pavimento	
		Quantidade de Entradas	02 (uma por pavimento)
		Quantidade de Portas	2
		Tipo	Automática abertura lateral 02 folhas
		Vão Livre de Abertura	0,80x2,00 m (L x H)
		Acabamento	Aço escovado vidro laminado
		Botoeiras de Pavimento	
		Quantidade de botoeiras	02 (uma por porta de pavimento)
		Indicador de posição digital na cabina	Incluso em todas as botoeiras
		Acabamento	Aço escovado
		Sistema de Comando	
		Painel de comando	Eletrônico micro processado
		Renivelamento	Automático
		Sistema de manobra	Universal
		Falta de Energia Elétrica	Retorno automático para piso inferior
		Anunciador digital	indicação de sentido e andar de parada na cabina
		Torre Metálica Autoportante	
		Fornecimento	Incluso
		Acabamento	Pintura eletrostática
		Fechamento	vidro laminado 8mm
		Infraestrutura necessária Instalação	
		Medidas internas da caixa de corrida	1,70 x 1,90 m (L x P)
		Profundidade do Poço	entre 0,80m e 1,20m
		Última altura mínima	3,20 m
		Casa de máquinas	em qualquer pavimento
		Tensão de Alimentação	220 volts, trifásico
		Tensão de Iluminação	220 volts independente
	OBS.: MEDIDAS APROXIMADAS A SEREM CONFIRMADAS NO PROJETO ESPEDÍFIO PELA GANHADORA/CONTRATADA		

3 DA ESTIMATIVA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO

3.1. As pesquisas de preços foram realizadas com orçamentos de 04 (quatro) fornecedores do ramo do objeto da contratação, nos termos do art. 12 inciso VI do decreto municipal 27090/2024 em razão da impossibilidade da aplicação dos incisos anteriores I a V do referido dispositivo legal conforme documentação juntada aos autos.

Item	Qtd.	Descrição	Valor Médio
1	01	Aquisição e instalação de Elevador cabinado (com fechamento) para 08 (oito) passageiros	R\$ 295.687,48

3.2. Valor estimado do valor de contrato será de **R\$ 295.687,48** (Duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos), de acordo com os preços que estão sendo praticados no mercado atualmente.



4.3 A contratada deverá receber exatamente o valor necessário para a execução dos serviços, devendo nele estar incluído o valor para a cobertura de despesas operacionais e administrativas, além de condizente com os valores praticados no mercado.

4.4- CRITÉRIO DE JULGAMENTO E OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO

4.4.1 O critério de julgamento será o **MENOR VALOR GLOBAL**.

5 OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO

5.1 Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o pregão eletrônico se mostra como modalidade licitatória mais adequada para a contratação de bens e serviços comuns, tendo em vista os princípios da economicidade, eficiência e isonomia que devem nortear as contratações públicas.

5.1.1. Fundamentação Legal

O artigo 6º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021 define o pregão como uma modalidade de licitação, destacando que seu uso é obrigatório para a aquisição de bens e serviços comuns, conforme os artigos 28 e 29. O pregão eletrônico também permite maior transparência e competitividade, já que possibilita ampla participação de licitantes em todo o território nacional, eliminando barreiras físicas e fomentando a competitividade.

5.1.2. Vantagens do Pregão Eletrônico

O pregão eletrônico é caracterizado por uma fase inicial de lances públicos, o que contribui para a obtenção da melhor proposta com base no critério de menor preço (art. 33, inciso II). Esse procedimento estimula a disputa entre fornecedores e resulta em significativa redução de custos para a Administração, concretizando o princípio da eficiência, previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a modalidade eletrônica possibilita o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo um ambiente competitivo, conforme o artigo 47. Esse aspecto é relevante para o fomento da economia local e para assegurar a isonomia entre os licitantes.

5.1.3. Transparência e Agilidade

A Lei nº 14.133/2021 incentiva a utilização de recursos eletrônicos para aumentar a transparência dos processos licitatórios. O pregão eletrônico é realizado por meio de sistemas digitais, como a Plataforma Compras.gov, que registra todas as etapas e as disponibiliza para consulta pública, assegurando o cumprimento dos princípios da publicidade e da transparência.

5.2 Além disso, essa modalidade permite maior agilidade no processo licitatório, uma vez que a análise das propostas e dos documentos de habilitação é simplificada, conforme previsto no artigo 31 da Lei nº 14.133/2021, o que reduz o prazo de contratação e proporciona maior celeridade à Administração.

6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado em parcela única após 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal emitida após o Aceite por parte da Administração da instalação do equipamento.

7. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO



7.1 O prédio que abriga o curso de Medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro é um espaço de ensino, atendimento e pesquisa que atende a um fluxo contínuo de estudantes, docentes, profissionais da saúde e visitantes. Diante da necessidade de promover a acessibilidade, a segurança e o bem-estar de todos os usuários, torna-se imprescindível a aquisição de um elevador cabinado com capacidade para 8 (oito) pessoas. Este investimento visa não apenas modernizar a infraestrutura, mas também eliminar barreiras arquitetônicas e garantir a plena inclusão de pessoas com mobilidade reduzida.

7.2 A implementação do elevador será realizada em estrita conformidade com a legislação e as normas vigentes, que orientam a promoção da acessibilidade e a gestão eficiente dos recursos públicos:

- a. Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade): Estabelece medidas para a remoção de barreiras que impeçam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a espaços públicos.
- b. Decreto nº 5.296/2004: Regulamenta a Lei nº 10.098/2000, determinando que edificações de uso coletivo, como instituições de ensino, sejam adaptadas para atender às necessidades de acessibilidade.
- c. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão): Assegura os direitos das pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de ambientes inclusivos, especialmente em estabelecimentos de ensino.
- d. ABNT NBR 9050:2020: Define os padrões técnicos para acessibilidade em edificações, garantindo critérios mínimos de segurança, dimensões e usabilidade para equipamentos como elevadores.
- e. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): Orienta os processos de contratação pública, enfatizando os princípios de transparência, eficiência, economicidade e eficácia na gestão dos recursos.

7.3 O prédio do curso de Medicina possui alta demanda de circulação, com atividades que exigem acesso rápido e seguro a diversos ambientes (salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas administrativas). A aquisição do elevador se mostra estratégica para:

- a. Garantir a Acessibilidade Total: Adaptar o ambiente para o uso de cadeiras de rodas e outros dispositivos de mobilidade, assegurando que todos os usuários tenham acesso irrestrito às dependências do prédio.
- b. Melhorar a Logística e a Operacionalidade: Reduzir os tempos de deslocamento entre os pavimentos, otimizando a rotina de atividades e contribuindo para um ambiente mais dinâmico e funcional.
- c. Aumentar a Segurança e o Conforto: Proporcionar um transporte interno moderno e seguro, com sistemas de emergência, alarmes e controles ergonômicos que atendam aos padrões técnicos e às necessidades dos usuários.

7.4. Resultados Esperados e Benefícios da Aquisição

7.4.1 Economicidade:

- a. Otimização dos recursos públicos com um investimento que, ao longo do ciclo de vida, gera economia em manutenção e operação.
- b. Redução de custos com obras ou adaptações adicionais, aproveitando a infraestrutura existente.

7.4.2 Eficiência:

- a. Melhoria no tempo de deslocamento e fluxo de pessoas, contribuindo para uma operação mais ágil e sem interrupções nas atividades acadêmicas e administrativas.
- b. Implantação de um sistema de manutenção preventiva que assegure a continuidade do serviço.

7.4.3 Eficácia:

- a. Atendimento integral às normas de acessibilidade, proporcionando inclusão e igualdade de condições a todos os usuários, conforme as diretrizes legais.
- b. Promoção do bem-estar e da qualidade de vida, refletindo o compromisso da instituição com a segurança e o conforto dos usuários.

7.5 Transparência e Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

- a. Realização de um processo licitatório competitivo, que assegure a seleção da melhor proposta técnica e financeira, em conformidade com os princípios da nova lei de licitações.
- b. Gestão rigorosa dos riscos e garantia de cumprimento dos prazos e padrões estabelecidos, contribuindo para a imagem de transparência e responsabilidade da administração pública.

7.6 A aquisição do elevador cabinado para o prédio do curso de Medicina da Faculdade Municipal é uma solução estratégica que integra modernização, inclusão e segurança. Alinhada às exigências legais e normativas, a implantação deste equipamento garantirá a plena acessibilidade, melhorando significativamente o ambiente de ensino e atendimento. Este investimento reafirma o compromisso da instituição com a eficiência na gestão dos recursos públicos, a promoção do bem-estar e a oferta de serviços de qualidade à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

8 DA DESTINAÇÃO DA AQUISIÇÃO

8.1 A destinação desta aquisição é garantir a plena acessibilidade, mobilidade e segurança no prédio do curso de Medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro. Em essência, o elevador será instalado para:

- a. Facilitar o Acesso Vertical: Permitir a circulação eficiente entre os diversos pavimentos do edifício, eliminando barreiras arquitetônicas que possam dificultar o deslocamento de estudantes, docentes, funcionários e visitantes.
- b. Promover a Inclusão e Equidade: Assegurar que pessoas com mobilidade reduzida ou necessidades especiais tenham acesso irrestrito a todas as áreas do prédio, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.
- c. Melhorar a Logística Interna: Otimizar o fluxo de pessoas, reduzindo o tempo de deslocamento entre salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas administrativas, contribuindo para um ambiente acadêmico mais dinâmico e funcional.
- d. Atender às Exigências Legais e Normativas: Alinhar a infraestrutura do prédio aos dispositivos legais (como a Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004, Lei nº 13.146/2015, ABNT NBR 9050:2020) e aos princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

9- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. Após entrega e validação do equipamento, a empresa fornecedora fica obrigada a realizar as manutenções preventivas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem ônus a contratante;
- 9.2 Os equipamentos devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses, o qual deverá cobrir troca de peças e equipamentos, salvo por mau uso ou interferência de terceiros.

9.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 9.3.1 O prazo para entrega dos materiais/equipamentos e instalação é de, no máximo, 06 (seis) meses;

10- DAS CONDIÇÕES

- 10.1 Dentre as principais exigências, destacam-se:

10.1.1 Habilitação Jurídica e Fiscal:

- a. Documentação Legal: Apresentação dos documentos constitutivos da empresa (contrato social ou estatuto) devidamente registrados, além de comprovante de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Certidões negativas de débitos junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como comprovação de regularidade com as obrigações trabalhistas e previdenciárias (FGTS, INSS, etc.).

10.1.2 Qualificação Técnica:

- a. Experiência Comprovada: Atestados de capacidade técnica ou relatórios de execução de projetos semelhantes, que demonstrem a experiência da empresa na fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de elevadores, especialmente em edificações de uso público.
- b. Capacidade Técnica: Indicação dos responsáveis técnicos e comprovação de que o equipamento a ser fornecido atende às especificações técnicas, normas de segurança e de acessibilidade (por exemplo, conformidade com a ABNT NBR 9050:2020).

10.1.3 Capacidade Econômica e Financeira:

- a. Solidez Financeira: Documentos que evidenciem a capacidade econômica da empresa para realizar o investimento, como balanços financeiros ou declarações de capacidade econômica, garantindo que a proposta seja viável do ponto de vista financeiro.
- b. Garantias: Conforme o edital, pode ser exigida a apresentação de caução ou garantia de proposta, que assegure o compromisso da empresa com a execução do contrato.

10.1.4 Conformidade com as Especificações do Edital:

- a. Adequação Técnica e Funcional: As propostas devem demonstrar que o elevador oferecido atenderá integralmente às exigências de capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.
- b. Prazos e Condições de Execução: Comprometimento com os prazos estipulados e condições de instalação, manutenção e suporte técnico que garantam a operacionalidade contínua do equipamento.

10.1.5 Observância dos Princípios da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

- a. Transparência e Competitividade: As propostas devem seguir critérios objetivos de julgamento, que promovam a isonomia, a competitividade e a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

b. Gestão de Riscos e Penalidades: A empresa deverá estar preparada para cumprir as cláusulas contratuais relativas à gestão de riscos, penalidades e garantias, conforme definido no edital.

11- DOS DEVERES DA CONTRATADA

11.1 A empresa vencedora terá um conjunto de deveres e obrigações que garantem que o produto seja fornecido, instalado e operado em conformidade com as especificações e normas contratuais. Esses deveres incluem, mas não se limitam a:

11.1.1 Fornecimento e Entrega do Equipamento

- a. Conformidade Técnica: Fornecer o elevador conforme as especificações técnicas detalhadas no edital e no contrato, incluindo capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.
- b. Entrega no Prazo: Garantir a entrega do equipamento dentro do cronograma estabelecido, evitando atrasos que possam comprometer o funcionamento do prédio e as atividades do curso de Medicina.

11.1.2 Instalação e Comissionamento

- a. Instalação Adequada: Realizar a instalação do elevador de forma a integrar-se corretamente à infraestrutura existente do prédio, seguindo as normas técnicas (como a ABNT NBR 9050) e os padrões de segurança.
- b. Testes e Comissionamento: Efetuar testes de operação e comissionamento para confirmar que o elevador está funcionando de maneira segura e eficiente, conforme os critérios previamente definidos.

11.1.3 Garantia e Suporte Técnico

- a. Prazo de Garantia: Oferecer um período de garantia que cubra eventuais defeitos de fabricação ou falhas operacionais, assegurando que quaisquer problemas sejam solucionados sem ônus para a contratante.
- b. Suporte e Manutenção: Disponibilizar serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme o contrato, para garantir a continuidade da operação e a segurança dos usuários.

11.1.4 Treinamento e Transferência de Conhecimento

- a. Capacitação dos Usuários: Se necessário, fornecer treinamento para os operadores e para a equipe de manutenção da instituição, garantindo que saibam como utilizar e monitorar o equipamento corretamente.
- b. Manual de Operação: Entregar toda a documentação técnica e manuais de operação, manutenção e segurança do elevador.

11.1.5 Cumprimento das Normas e Legislação

- a. Observância Legal: Garantir que todas as etapas do fornecimento, instalação e manutenção estejam em conformidade com a legislação vigente (por exemplo, Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004, Lei nº 13.146/2015, ABNT NBR 9050:2020 e Lei nº 14.133/2021).
- b. Certificações e Aprovações: Fornecer toda a documentação e certificações necessárias que atestem a segurança, qualidade e regularidade do equipamento.

11.1.6 Responsabilidade por Riscos e Danos



a. Gestão de Riscos: Adotar medidas que minimizem riscos durante a instalação e operação do elevador, incluindo a implementação de sistemas de segurança e procedimentos de emergência.

b. Responsabilidade Civil: Assumir a responsabilidade por eventuais danos causados ao patrimônio da contratante ou a terceiros decorrentes de falhas no equipamento ou na execução dos serviços contratados.

11.1.7 Transparência e Comunicação

a. Relatórios Periódicos: Fornecer relatórios de instalação, comissionamento e manutenção, mantendo a contratante informada sobre o andamento dos serviços e eventuais intervenções.

b. Canal de Comunicação: Estabelecer canais de comunicação eficientes para atendimento a dúvidas, solicitações de suporte ou ocorrências que possam surgir durante o período contratual.

12 DOS REGISTROS EXIGIDOS:

12.1 Registro da Empresa:

a) CREA:

i. Empresa especializada em engenharia (mecânica, elétrica, civil etc.), deve estar registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

b) Cadastro na Junta Comercial:

i. Registro regular na Junta Comercial.

c) Registro no CNPJ:

i. Cadastro ativo no CNPJ, com objeto social compatível com a atividade licitada, como instalação e manutenção de elevadores.

12.2. Responsável Técnico:

a) Profissional com registro no CREA-SP:

i. O engenheiro responsável pelo projeto e/ou execução da instalação do elevador deve possuir registro ativo no CREA.

ii. É exigido um engenheiro mecânico ou mecatrônico, assim como um engenheiro elétrico responsáveis pela execução do projeto.)?

b) Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica):

i. A empresa deverá apresentar ART do responsável técnico, registrada no CREA, referente ao serviço de instalação do elevador.

ii. A ART de execução deverá ser apresentada após a assinatura do contrato e antes do início da obra.

12.3 Qualificação Técnico-operacional

12.3.1 Para comprovação de sua qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, no envelope de Habilitação, os seguintes documentos:

a) **Certidão de Acervo Operacional (CAO)**, emitida pelo CREA-SP, referente ao somatório das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - registradas em nome da empresa, comprovando a execução, no período dos últimos 5 (cinco) anos, de serviços de **instalação de elevadores** ou manutenção e modernização de elevadores, compatíveis em escopo e complexidade com o objeto desta licitação. A CAO deverá conter, no mínimo:

1. Nome e registro do profissional responsável técnico que assinou cada ART;
2. Número da ART;

3. Descrição sucinta do serviço executado;
4. Local da execução;
5. Data de início e conclusão do serviço;
6. Valor contratado;
7. Nome e CNPJ do contratante original (atestante).

b) **Relação das ARTs** que compõem o acervo encerrado na CAO, em formato de quadro ou planilha, detalhando os campos acima (itens 1 a 7). Cada registro deverá corresponder a uma ART registrada no CREA.

12.3.2 Os documentos indicados no subitem 9.4.2.1 deverão ser apresentados em cópias autenticadas, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores ao prazo final de entrega da documentação de habilitação. N/A

12.3.3 Será considerada inabilitada a licitante que não comprovar a experiência técnico-operacional mínima exigida, bem como a compatibilidade das atividades comprovadas com o objeto desta licitação.

12.4. Exigências Adicionais (normas técnicas e legais):

a) Conformidade com a ABNT NBR 16.083:

- i. Trata da instalação e manutenção de elevadores.
- ii. A empresa deve atuar conforme as normas da ABNT, especialmente:
 - o NBR 16.083-1 (instalação de elevadores novos),
 - o NBR 16.083-3 (modernização),
 - o NBR NM 207 (requisitos de segurança para elevadores elétricos).

12.5 Fica sob responsabilidade do Gestor do Contrato a validação da documentação técnica apresentada.

13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos serviços.

13.2. Fiscalizar e acompanhar, por servidor previamente designado, a execução do objeto contratual;

13.3. Fiscalizar, gerenciar e monitorar todas as atividades decorrentes dos serviços a serem executados pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos.

13.5. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas no contrato.

13.6. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Fornecimento do Equipamento

- a. Conformidade Técnica: Entregar o elevador conforme as especificações técnicas definidas no edital e no contrato, incluindo capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.



- b. Qualidade do Produto: Garantir que o equipamento esteja de acordo com as normas técnicas (como a ABNT NBR 9050) e certificações exigidas, assegurando sua qualidade e durabilidade.

14.2 Instalação e Comissionamento

- a. Instalação Adequada: Realizar a instalação do elevador integrando-o à infraestrutura existente do prédio, de maneira segura e eficiente.
- b. Testes e Comissionamento: Executar todos os testes necessários para verificar o funcionamento correto e seguro do equipamento, procedendo ao comissionamento e liberando-o para uso após a validação dos resultados.

14.3 Garantia e Suporte Técnico

- a. Período de Garantia: Oferecer um prazo de garantia que cubra eventuais defeitos de fabricação e falhas operacionais, permitindo que a contratante exija a correção sem custos adicionais.
- b. Serviços de Manutenção: Prestar suporte técnico, com manutenção preventiva e corretiva, de forma a garantir a continuidade e a segurança do funcionamento do elevador ao longo do tempo.

14.4 Treinamento e Documentação

- a. Capacitação dos Usuários: Fornecer treinamento adequado aos operadores e à equipe de manutenção da contratante, facilitando o manuseio e a monitorização do equipamento.
- b. Entrega de Documentação Técnica: Disponibilizar manuais de operação, manutenção e segurança, além de todas as certificações e laudos técnicos que comprovem a conformidade do equipamento com as normas vigentes.

14.5 Conformidade Legal e Normativa

- a. Atendimento à Legislação: Assegurar que todos os serviços prestados – desde o fornecimento até a instalação e manutenção – estejam em conformidade com as legislações aplicáveis, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015, e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.
- b. Observância das Normas de Acessibilidade: Garantir que o equipamento atenda a todos os requisitos de acessibilidade, promovendo a inclusão e a segurança de todos os usuários.

14.6 Responsabilidade por Riscos e Danos

- a. Gestão de Riscos: Adotar todas as medidas necessárias para prevenir e mitigar riscos durante a instalação e operação do elevador.
- b. Responsabilidade Civil: Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de falhas na instalação ou no funcionamento do equipamento.

14.7 Comunicação e Transparência

- a. Relatórios e Acompanhamento: Fornecer informações periódicas sobre o andamento da instalação, testes e manutenções, mantendo a contratante informada sobre o status e quaisquer intervenções necessárias.
- b. Canais de Suporte: Disponibilizar canais de comunicação eficientes para atendimento a dúvidas, solicitações de suporte e resolução de eventuais problemas.

15 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



15.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

16 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

16.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.2 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da Contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da Contratante, que tomará as providências necessárias para que se apliquem as sanções previstas na Lei, no Edital, no Instrumento Contratual e no TR, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17.3 A fiscalização exercida pela Contratante não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

17.4 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

17.5 O representante da Administração anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.6 Serão suspensos os pagamentos das faturas, no caso de infração praticada pela Contratada de qualquer dispositivo contratual.

17.7 O acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto em questão ficarão sob a responsabilidade da equipe de gestão/fiscalização, conforme indicado:

17.7.1 GESTOR DO CONTRATO:

NOME: Fernando Eduardo Fernandes Lima

CARGO: Assessor I

CPF/MF nº CPF: 158.380.008-56

E-mail institucional: engenharia@francomontoro.com.br

Alterar?

17.7.2 GESTOR SUBSTITUTO DO CONTRATO (FISCAL):

NOME: Beatriz Roncato

CARGO: Coordenadora Geral

CPF/MF nº CPF: 359.894.718-66

E-mail institucional: coordenacaogeral@francomontoro.com.br

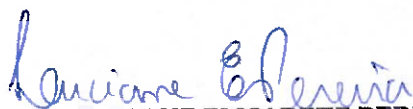
17.7.3 A indicação do gestor será pelo período de vigência do contrato, alterando-se nas situações de substituição do servidor por motivos devidamente justificados.

18 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Para cobrir as despesas oriundas da contratação decorrente deste Termo de Referência serão oneradas as dotações orçamentárias do Orçamento Programa para o exercício de 2025, sendo efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico:

25	19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO SUPERIOR OBRAS E INSTALAÇÕES
----	---	--

Mogi Guaçu, 14 de julho de 2025.



Dra. LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Presidente do Conselho Administrativo da FEG
Portaria nº 28/2024

Ciente. De acordo com o Termo de Referência.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº F.M. – 249/2025

DATA: 14/07/2025

DA: Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM

PARA: Prefeitura de Mogi Guaçu – Comissão Municipal de Licitações – CML

ASSUNTO: Aquisição, por processo licitatório de elevador para 8 pessoas, cabinado, a ser instalado no novo prédio do curso de medicina da FMPFM, em substituição ao P.A. 47/2025

Prezado Sr(a). Chefe da Comissão Municipal de Licitações – CML,

Encaminho o seguinte processo administrativo abaixo, para abertura de Licitação: P.A. F.M. 249/2025 – Licitação para aquisição de elevador cabinado a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco.

Esse processo substitui o P.A. 47/2025 que foi dado como Fracassado em processo licitatório.

Sendo só para o momento, reitero a elevada estima e consideração que temos por Vossa Senhoria, confiando na habitual celeridade e diligência com que vossa análise será conduzida. Desde já, antecipo agradecimentos pela inestimável colaboração.

Atenciosamente,



Josué Benedito
Setor Compras
Fundação Educacional Guaçuana



Fundação Educacional Guaçuana
Hugo Panciera, 386 - Centro - CEP 13.843-190
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (19) 38611915
CNPJ: 52.742.236/0001-05 HOME PAGE:

SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAL E/OU SERVIÇO 253/2025

Unidade Solicitante: 051905 - ENSINO SUPERIOR

Solicitação Nº: 253/2025

Data de Emissão: 25/06/2025

Data de Envio:

25/06/2025

Data Entrega Item/Serviço:

Prazo Cons./Exec.: 2 - CONFORME EDITAL

Forma Entr./Exec.: 2 - CONFORME EDITAL

Local para Entrega: 2 - ALMOXARIFADO FRANCO - RUA DOS ESTUDANTES - - CACHOEIRA DE CIMA

Funcionário: 2058 - MARIO VEDOVELLO FILHO

Gestor Indicado:

Órgão Financeiro: 19 - FEG - FUNDACAO EDUCACIONAL GUAÇUANA

Unidade Financeira: 5 - SETOR DE ENSINO SUPERIOR

Legislação / Convenio / Contrato :

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS, CABINADO, PARA 08 (OITO) PASSAGEIROS OU 600 KG A SER INSTALADO NO PRÉDIO DO CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO.

Justificativa: O PRÉDIO QUE ABRIGA O CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO É UM ESPAÇO DE ENSINO, ATENDIMENTO E PESQUISA QUE ATENDE A UM FLUXO CONTÍNUO DE ESTUDANTES, DOCENTES, PROFISSIONAIS DA SAÚDE E VISITANTES. DIANTE DA NECESSIDADE DE PROMOVER A ACESSIBILIDADE, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DE TODOS OS USUÁRIOS, TORNA SE IMPRESCINDÍVEL A AQUISIÇÃO DE UM ELEVADOR CABINADO COM CAPACIDADE PARA 8 (OITO) PESSOAS. ESTE INVESTIMENTO VISA NÃO APENAS MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA, MAS TAMBÉM ELIMINAR BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E GARANTIR A PLENA INCLUSÃO DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA; A IMPLEMENTAÇÃO DO ELEVADOR SERÁ REALIZADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E AS NORMAS VIGENTES, QUE ORIENTAM A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E A GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS.

Observação:

Ficha - Dotação Orçamentaria: 25 - 19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000
Fonte: 4 - RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA Aplicação: 1100000 - GERAL
Sub-Elemento: 99 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

Item	Cod. Material	Quant.	Unid.	Descrição	Projeto	VI. Unít.	Vir. Total
1	7.8.1	1	UN	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR CABINADO PARA 8 (OITO) PASSAGEIROS E CAPACIDADE DE 600KGS	-	295.687,48 00	295.687,48
Total:						R\$ 295.687,48	
Total Geral:						R\$ 295.687,48	

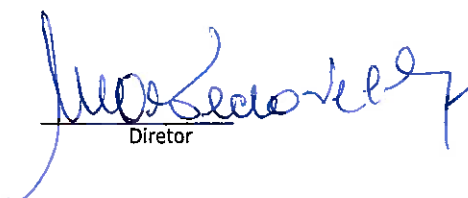

Diretor



Fundação Educacional Guaçuana
Hugo Panciera, 386 - Centro - CEP 13.843-190
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (19) 38611915
CNPJ: 52.742.236/0001-05 HOME PAGE:

SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAL E/OU SERVIÇO 253/2025

R\$ 295.687,48


Diretor



Fundação Educacional Guaçuana
Hugo Panciera, 386 - Centro - CEP 13.843-190
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (19) 38611915
CNPJ: 52.742.236/0001-05 HOME PAGE:

Mapa Comparativo de Preços

Cotação : 224/2025

Solicitação de Compra 253/2025

Item : 7.8.1 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR CABINADO PARA 8 (OITO) PASSAGEIROS E CAPACIDADE DE 600KGS Qtde.: 1 UN

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	112532 SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	33.683.111/0002-80	Sim		295.687,4800	R\$ 295.687,48

Data Orçamento: 25/06/2025

Médias Unitário / Total : R\$ 295.687,4800 R\$ 295.687,48

Dados Vencedor	Classificado	Valor Total
112532 SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	33.683.111/0002-80 Sim	R\$ 295.687,48

Desclassificação

Motivo

Total para o Menor Preço: R\$ 295.687,48
Total para o Maior Preço: R\$ 295.687,48
Total para a Média Cotada: R\$ 295.687,48

Justificativa : O PRÉDIO QUE ABRIGA O CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO É UM ESPAÇO DE ENSINO, ATENDIMENTO E PESQUISA QUE ATENDE A UM FLUXO CONTÍNUO DE ESTUDANTES, DOCENTES, PROFISSIONAIS DA SAÚDE E VISITANTES. DIANTE DA NECESSIDADE DE PROMOVER A ACESSIBILIDADE, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DE TODOS OS USUÁRIOS, TORNA SE IMPRESCINDÍVEL A AQUISIÇÃO DE UM ELEVADOR CABINADO COM CAPACIDADE PARA 8 (OITO) PESSOAS. ESTE INVESTIMENTO VISA NÃO APENAS MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA, MAS TAMBÉM ELIMINAR BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E GARANTIR A PLENA INCLUSÃO DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA; A IMPLEMENTAÇÃO DO ELEVADOR SERÁ REALIZADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E AS NORMAS VIGENTES, QUE ORIENTAM A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E A GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS.



34
X

Fundação Educacional Guaçuana
Hugo Panciera, 386 - Centro - CEP 13.843-190
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (19) 38611915
CNPJ: 52.742.236/0001-05 HOME PAGE:

Nota de Reserva		43/2025		
13 junho 2025				
Orgão	: 19 - FEG - FUNDACAO EDUCACIONAL GUAÇUANA			
Unidade	: 5 - SETOR DE ENSINO SUPERIOR			
Proj / Ativ.	: 1013 - AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO SUPERIOR			
Elemento Despesa:	: 51 - OBRAS E INSTALAÇÕES			
Sub-elemento de Despesa	: 99 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES			
Item de Despesa	: -			
Ficha	: 25 - 19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000			
Fonte	: 4 - RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Aplicação	: 1100000 - GERAL			
Valor da Reserva		: 295.687,48		
DUZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS				
Histórico da Reserva:				
Reserva da Cotação: 224/2025				
Projeto: -				
Dotação Orçamentária	: 25 - 19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000			
Saldo Anterior da Dotação	: 106.139,41			
Valor desta Reserva	: 295.687,48			
Valor Desbloqueado/Cancel	: 0,00			
Saldo da Reserva	: 295.687,48			
Saldo Atual da Dotação	: 27.605,68			
Licitação	: /			
Processo	: /			
Cotação	: 224/2025			
Emitente	: TASANTOS			
Responsável	: TASANTOS			
Solicitação	: 253/2025			
Relação Programação Mensal				
Mês	Valor	Complemento	Desbloqueio	Saldo
Junho	295.687,48	0,00	0,00	295.687,48

TERMO DE RESPONSABILIDADE

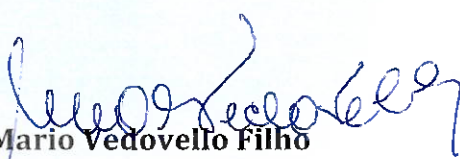
DECLARAMOS, sob as penas da lei que, os orçamentos juntados aos autos do **Processo Administrativo 249/2025**, foram obtidos por esta secretaria, junto as empresas do ramo e encontram-se de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, principalmente quanto aos valores reais e praticados pelo mercado atualmente.

DECLARAMOS ainda que, temos conhecimento e foram cumpridas as exigências da Lei quanto à solicitação.

Assumimos desde já total responsabilidade pelos referidos orçamentos, devendo este ser o preço máximo e base para a contratação, isentando desde já, qualquer outro órgão da Administração Municipal de quaisquer questionamentos futuros quanto a essa exigência.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Mogi Guaçu, 14 de agosto de 2025



Prof. Dr. Mario Vedovello Filho
Diretor Administrativo FMPFM
Decreto 27.011/2023



Re: Solicitação de esclarecimentos - Processo Licitatório nº 249/2025

De Setor de Compras <compras@francomontoro.com.br>

Data Seg, 29/09/2025 11:12

Para Jessica Machado Silva <jessica.silva@mogiguacu.sp.gov.br>

Cc Coordenação Geral FMPFM <coordenacaogeral@francomontoro.com.br>
<coordenacaogeral@francomontoro.com.br>; MogiGuaçu - cml-renan <cml-renan@mogiguacu.sp.gov.br>

Bom dia,

Verificando as questões solicitadas e baseando-se na conversa presencial com a Presidente da CML, Sra. Adriana Bibiano, seguindo as orientações dadas naquele momento, visando a ampliação da concorrência, opta-se pela SUPRESSÃO do item 10.1.3.

At.te

Em sex., 26 de set. de 2025 às 13:31, Jessica Machado Silva <jessica.silva@mogiguacu.sp.gov.br> escreveu:

Prezado Thiago, boa tarde!

Agradecemos pelos esclarecimentos prestados e, aproveitando a oportunidade, solicitamos informações adicionais sobre as condições descritas no Termo de Referência, conforme o item abaixo:

10.1.3 Capacidade Econômica e Financeira:

a. Solidez Financeira: Documentos que evidenciem a capacidade econômica da empresa para realizar o investimento, como balanços financeiros ou declarações de capacidade econômica, garantindo que a proposta seja viável do ponto de vista financeiro.

b. Garantias: Conforme o edital, pode ser exigida a apresentação de caução ou garantia de proposta, que assegure o compromisso da empresa com a execução do contrato.

1. Quais os tipos de documentos que serão apresentados para comprovação de Solidez Financeira e quais os critérios utilizados para aceitabilidade da documentação apresentada?
2. Será exigida algum tipo de garantia?



Jessica Silva

Comissão Municipal de Licitações da
Prefeitura de Mogi Guaçu
Telefone: (19) 3851-7723 - ramal interno: 7058

De: Setor de Compras <compras@francomontoro.com.br>

Enviado: sexta-feira, 26 de setembro de 2025 12:44

Para: Jessica Machado Silva <jessica.silva@mogiguacu.sp.gov.br>
Cc: Coordenação Geral FMPFM <coordenacaogeral@francomontoro.com.br>
<coordenacaogeral@francomontoro.com.br>; MogiGuaçu - cml-renan <cml-renan@mogiguacu.sp.gov.br>
Assunto: Re: Solicitação de esclarecimentos - Processo Licitatório nº 249/2025

34
J

Boa tarde, Jessica!

Sobre os pedidos de esclarecimentos, seguem as respostas:

"1- No item 12.3 do Termo de Referência, referente à Qualificação Técnico-Operacional, é exigida a apresentação da Certidão de Acervo Operacional (CAO). Ressaltamos que essa exigência é recente e pode restringir a participação de empresas, gerar questionamentos e possíveis impugnações ao edital. Diante disso, gostaríamos de confirmar se, mesmo com esse risco, a exigência da CAO será mantida."

Resposta: A exigência será mantida, por se tratar de requisito essencial para mitigar riscos técnicos e jurídicos da contratação, assegurando a plena segurança dos usuários e a observância do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 (execução adequada do contrato.)

"2 - Em relação à documentação exigida dos responsáveis técnicos pelo projeto, observamos que não há cláusula específica que atribua a esses profissionais a responsabilidade pela elaboração do projeto. Solicitamos, portanto, esclarecimentos sobre essa ausência e a exigência da documentação."

Resposta: Não é necessária cláusula específica, pois não é solicitada a entrega do projeto, apenas a ART, documento que atribui a responsabilidade de entrega e funcionamento do equipamento à contratada.

"3 -Quanto às especificações do objeto, nas observações menciona "medidas aproximadas", gostaríamos de saber qual margem de variação seria considerada aceitável para a proposta." Capacidade 600 kg ou 8 passageiros

Resposta: O equipamento deve atender a capacidade de 600 kg ou 8 passageiros. As medidas para execução e entrega, são de responsabilidade da empresa.

Desde já agradeço e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Em qui., 25 de set. de 2025 às 14:45, Jessica Machado Silva <jessica.silva@mogiguacu.sp.gov.br> escreveu:

Prezados, boa tarde!

Em análise ao Processo Licitatório nº 249/2025, referente a *Contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM*, solicitamos esclarecimentos quanto aos seguintes pontos:

- No item 12.3 do Termo de Referência, referente à Qualificação Técnico-Operacional, **é exigida a apresentação da Certidão de Acervo Operacional (CAO)**. Ressaltamos que essa exigência é recente e pode restringir a participação de empresas, gerar questionamentos e possíveis impugnações ao edital. Diante disso, gostaríamos de confirmar se, mesmo com esse risco, a exigência da CAO será mantida.
- Em relação à documentação exigida dos responsáveis técnicos pelo projeto, observamos que **não há cláusula específica que atribua a esses profissionais a responsabilidade pela elaboração do projeto**. Solicitamos, portanto, esclarecimentos sobre essa ausência e a exigência da documentação.
- Quanto às especificações do objeto, nas observações menciona "**medidas aproximadas**", gostaríamos de saber qual **margem de variação seria considerada aceitável** para a proposta.

Aguardamos o retorno com as informações solicitadas, a fim de dar continuidade ao processo.

Qualquer dúvida estaremos à disposição.

Atenciosamente,



Jessica Silva

Comissão Municipal de Licitações da
Prefeitura de Mogi Guaçu

Telefone: (19) 3851-7723 - ramal interno: 7058

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA, mantenedora da FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO, através da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis, inclusive os decretos municipais nºs 27.089/2024 e 27.090/2024 (publicados no Diário Oficial de Mogi Guaçu, edição nº 502, em 25/01/2024, e disponíveis para consulta no site oficial da Câmara Municipal de Mogi Guaçu - https://sistema.camaramogiguacu.sp.gov.br/consultas/legislacao/leis_ordinarias), e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: XX DE XXXXX DE 2025 às 09h30min

SISTEMA: BBMNET LICITAÇÕES ELETRONICAS - LOCAL: www.novobbmnet.com.br
CADASTRO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min da data fixada para início da sessão pública.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS**, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM.

FINALIDADE: Contratação de bens e serviços comuns.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

MODO DE DISPUTA E LANCES: MODO ABERTO, e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,75%.

TIPO DE LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA, com aplicação de tratamento preferencial e diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) e equiparadas, nos termos da LC 123/06.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias**.

A sessão pública será conduzida por Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº 006/2024, assessorado pela sua equipe de apoio, formalmente designado pela Secretária Municipal de Administração nos autos do processo.

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

1 - DO OBJETO

1.1- Tem por objeto o presente edital de Pregão Eletrônico, a "contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS**, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2- O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o menor dispêndio para a Administração, nos termos do Art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas deste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DA VISITA TÉCNICA FACULTATIVA

2.1- É OPCIONAL, a visita técnica das empresas interessadas, para conhecimento do local referente a prestação dos serviços a serem executados.

2.2- A avaliação prévia do local de execução dos serviços representa a oportunidade para as empresas interessadas darem conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

2.3- Em caso do interesse na realização da visita, deverá ser agendada previamente junto à da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro-FMPFM:

- pelo telefone: (19) 3861-6606 falar com Fernando Eduardo Fernandes Lima ou
- pelo e-mail: engenharia@francomontoro.com.br

2.3.1- Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a visita prévia, conforme disposição do art. 63, §4º, da Lei Federal 14.133/2021.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

2.3.2- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.4- A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias**, no endereço www.novobbmnet.com.br.

3.2- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3- Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4- Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.4.1- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2- Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4- Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.4.5- Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.5- A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4 - DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA BBMNET LICITAÇÕES

4.1- Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso "credenciamento - licitantes (fornecedores)".

4.2- As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

4.3- A participação do licitante no pregão eletrônico se dará através de seu representante designado, o qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

4.4- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

4.5- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias;

4.6- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.6.1- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, cabendo-lhe total responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1- Os licitantes deverão cadastrar sua proposta inicial, até a data e horários estabelecidos no preâmbulo para recebimento das propostas, exclusivamente por meio do sistema BBMNET Licitações.

5.1.1- É vedada a identificação do licitante em sua proposta inicial, sob pena de desclassificação. (esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema).

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

5.2- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1- cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

5.2.2- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

5.2.3- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

5.3- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1- no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma", impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2- nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma", apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5- A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ao 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

5.8- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.9- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

6.1- As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu "Sala de Disputa", no campo das licitações na coluna (menu) da etapa "Aberto para receber propostas".

6.1.1- O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando "enviar proposta".

6.1.2- O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

6.2- O licitante deverá enviar a sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos de Valor unitário ou Valor Total, conforme critério de julgamento adotado, em moeda nacional, e, se solicitado, marca.

6.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.4.1- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4.2- O licitante não poderá oferecer proposta com quantitativos inferiores ao previsto para contratação.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

- 6.5- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.6- O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior à quantidade prevista para contratação.
- 6.7- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 6.8- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.
- 6.8.1- Os documentos não poderão ser excluídos ou alterados após o encerramento do prazo para recebimentos das propostas.
- 6.8.2- O licitante, mais bem classificado, somente deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos neste edital posteriormente, na fase de habilitação, após convocação do Pregoeiro e dentro do prazo estabelecido neste edital.
- 6.9- O **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA** não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10- Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.
- 6.11- Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- 7.2- Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.
- 7.3- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.3.1- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3.1- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, podendo a mesma ser desclassificada na fase de aceitação fundamentada e registrada no sistema.
- 7.4- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 7.6- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.7- O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.
- 7.8- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.9- O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9.1- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.10- O **intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento)**.
- 7.11- O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.
- 7.11.1- No pregão eletrônico no **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.3- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.13- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13.1- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE, JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1- Após encerramento da etapa de lances, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

8.1.1- A ME/EPP mais bem classificada, nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contados após a comunicação do sistema, sob pena de preclusão do direito.

8.1.2- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **item 8.1** (ME's e EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.3- Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2- Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.2.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.2.2- Na presente licitação NÃO serão aplicados os critérios de desempate previstos nos incisos II, III e IV, do art. 60 da Lei 14.133/2021, tendo em vista a ausência, no âmbito deste Município de Mogi Guaçu, de registros cadastrais, regulamentos ou atos normativos que informem ou disciplinem os métodos para aferição das hipóteses ali elencadas.

8.3- Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.3.1- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.3.2- empresas brasileiras;

8.3.3- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.3.4- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.4- Os documentos necessários para aplicação dos critérios de desempates previstos no **item 8.3 e subitens** serão solicitados aos licitantes com propostas empatadas, através do campo próprio do Sistema BBMNET Licitações.

8.4.1- O prazo para a inserção dos documentos será de **02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, ao qual, após decorrido o prazo, será aplicado o critério de desempate mediante verificação dos documentos efetivamente recebidos às condições de desempate.

8.5- Persistindo situação de empate entre as propostas após a adoção dos critérios de desempate previstos pelo art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, como último critério resolutivo, será realizado sorteio eletrônico entre os licitantes empatados, por meio de funcionalidade disponibilizado pelo sistema BBMNET Licitações, em conformidade com os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade, igualdade, transparência, eficácia e vinculação ao edital, com observância dos seguintes procedimentos:

8.5.1- Será executado pelo sistema BBMNET Licitações o sorteio eletrônico para definição do primeiro colocado entre os licitantes empatados, sendo o resultado registrado e exibido na plataforma ao final do procedimento.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

8.6- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após conclusão da adoção dos procedimentos de desempate, conforme o caso, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.6.1- Se a proposta de menor valor estiver acima do "Preço de Referência", o Pregoeiro deverá realizar a negociação para o alcance do melhor preço, ou seja, inferior ou igual ao registrado no sistema eletrônico.

8.6.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6.3- Não obtendo sucesso, a oferta será desclassificada e proceder-se-á à verificação da proposta ou lance subsequente (obedecendo-se à classificação dos licitantes) até conseguir atingir o valor perseguido, **sob pena de fracassar o item.**

8.6.4- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.6.5- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.7- Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.8- Dependendo da quantidade de itens licitados, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para a negociação e oportunidade de contraproposta, concedida ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, devendo o licitante ajustar o valor proposto através da funcionalidade "lance", digitando um novo lance, e/ou, "redefinição de valor", no que couber.

8.9- Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.9.1- A aceitação e julgamento da proposta poderá ser realizada provisoriamente, quando houver a exigência de apresentação de amostras e/ou documentos técnicos.

9 - DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (FICHA TÉCNICA, CATÁLOGO, E/OU OUTROS DOCUMENTOS) NECESSÁRIOS PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1- O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema (ficha técnica), acompanhada, **se for o caso, de documentos complementares.**

9.1.1- É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.1.2- A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da proposta de preço e demais documentos solicitados, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta/desclassificação.

9.1.3- Se a proposta não for aceitável ou se o licitante deixar de enviar a proposta de preços ou deixar de enviar documentos complementares, ou se o documento for rejeitado, o Pregoeiro *desclassificará* o licitante, e adotará os procedimentos estabelecidos no **item 10.5 e 10.5.1** deste Edital.

9.2- A PROPOSTA, conforme modelo constante do **ANEXO II**, deverá conter os seguintes elementos:

a) Preço global da proposta, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

b) Descrição completa do produto ofertado, informando, quando aplicável: marca/fabricante, medidas, capacidade, acondicionamento, ABNT-NBR, número do registro em órgão competente e demais informações pertinentes.

c) Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

d) Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

9.2.1- A PROPOSTA READEQUADA deverá conter a razão social, endereço completo, número de CNPJ e estar assinada pelo representante legal.

9.3- Durante este prazo, o licitante melhor classificado, e se necessário, deverá redefinir o último lance ofertado/vencedor, utilizando o botão próprio do sistema "redefinir valores", **sob pena de desclassificação.**

9.4- A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

10 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1- O Pregoeiro verificará, em análise preliminar, a aceitabilidade da proposta comparando-o com os valores consignados na referência, e a presença dos elementos obrigatórios exigidos na **Cláusula 9 acima**, decidindo, motivadamente, a respeito.

10.2- Será desclassificada a proposta que:

- 10.2.1-** deixar de atender as especificações, prazos e condições fixados no edital e seus anexos ou da legislação aplicável;
- 10.2.2-** conter vícios insanáveis;
- 10.2.3-** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.2.4-** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação;
- 10.2.5-** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.2.6-** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3- Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

10.4- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.4.1- No caso de serviços em geral, é indício de inexequibilidade da proposta valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.2- Se a proposta for considerada inexequível nos termos dos subitens acima, será oportunizado ao licitante demonstrar a exequibilidade da sua proposta antes de deliberar acerca de sua desclassificação.

10.4.3- Com fundamento no art. 2º, § 2º da Portaria Municipal nº 6/2024, o Pregoeiro solicitará ao servidor responsável da pasta requisitante, auxílio na averiguação dos valores propostos.

10.5- Na hipótese da proposta ou lance de menor valor não for aceito, ou se o licitante mais bem classificado desatender às exigências habilitatórias, ou se o licitante mais bem classificado for desclassificado/inabilitado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda integralmente ao Edital.

10.5.1- Sempre que ocorrer a desclassificação/inabilitação do licitante mais bem classificado, antes do Pregoeiro passar à licitante subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto no **item 8.1 e subitens** deste edital c/c aos arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.6- Concluída a fase de análise e aceitação da proposta, o Pregoeiro iniciará a etapa de Habilitação.

11 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1- Encerrada a etapa de julgamento, negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

11.1.1- O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

11.1.2- É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.2- Nesta fase, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente mais bem classificado atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.4** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNJ (<https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php>);
- b) Cadastro de Apenados do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/>);
- c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Sistema Eletrônico de Certidões da Controladoria-Geral da União (CGU-PJ), CEIS, CNEP e CEPIM (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

11.2.1- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

11.3- Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, por meio eletrônico, via Sistema BBMNET, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

11.3.1- Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, que não possa ser dirimida de forma digital/eletrônica, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

11.4- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

11.5- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por esta Prefeitura, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6- Eventual inabilitação do licitante, a critério do pregoeiro, a depender da natureza, gravidade ou reincidência da ocorrência, será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

11.7- Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

11.7.1- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.7.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.8- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9- Com fundamento no art. 2º, § 2º da Portaria Municipal nº 006/2024, o Pregoeiro poderá convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especialidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas, documentos e/ou amostras.

11.9.1- Para esta finalidade, a sessão poderá ser suspensa e retomada somente após a conclusão da análise e emissão do Parecer Técnico, exarando-se a decisão por meio de mensagem no sistema.

11.10- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ou, se houver desclassificação nesta fase, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, adotando os procedimentos estabelecidos nos **itens 10.5 e 10.5.1** e os desta cláusula.

12 - DOS RECURSOS

12.1- A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2- Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro anunciará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor **RECURSO**, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

12.2.1- O prazo para manifestação da intenção de recurso será de, no mínimo, **30 minutos**, sob pena de preclusão.

12.3- Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3.1- Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, salvo aos recursos manifestamente contrários às normas contidas neste Edital.

12.4- A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.5- Havendo interposição de recurso, a recorrente terá o **prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata para apresentação das razões recursais. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão **apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5.1- Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, sob pena de não conhecimento.

12.5.2- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.6- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

12.7- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7.1- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8- Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo será encaminhado a autoridade superior, para a prática dos atos descritos no artigo 71 e §§ da Lei 14.133/21

13- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1- Julgados os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para adjudicação do objeto e homologação do presente certame.

13.2- A homologação do certame será publicada, em resumo, no Diário Oficial Eletrônico do Município disponibilizada no site oficial do município: www.mogiguacu.sp.gov.br.

13.3- Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente com obrigação de fornecimento/prestação do serviço, respeitando o prazo de validade de sua proposta, e observando as condições estabelecidas neste Edital.

13.3.1- Como condição para a sua contratação, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1- Homologada a licitação pela autoridade competente, o licitante vencedor será convocado para assinar o Termo de Contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO VI** deste Edital.

14.2- O Termo de Contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail indicado pelo licitante na sua documentação e/ou no sistema BBMNET Licitações, competindo à CONTRATADA, no prazo de **03 (três) dias úteis**:

a) **No caso de assinatura eletrônica:** A devolutiva do Termo de Contrato, contendo as assinaturas eletrônicas do representante legal e testemunha da empresa, produzidas sob a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória Nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001; ou

b) **No caso de assinatura convencional (física):** A impressão e assinatura do Termo de Contrato pelo representante legal e testemunha da empresa, rubricado nas demais folhas, e a entrega da via original na Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, sito à Rua Henrique Coppi, nº 200 - Loteamento Morro do Ouro, neste Município.

14.3- O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado.

14.4- Os ajustes, suas alterações e a rescisão do contrato, quando houver, obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

14.5- Fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6- Neste mesmo prazo, no ato de assinatura do contrato, a **empresa em recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar:

a) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** Cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

b) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** Comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

14.7- Quando o convocado não assinar, aceitar ou retirar o instrumento Contratual, ou não apresentar os documentos exigíveis para a assinatura, ou não efetuar a prestação de garantia contratual, quando exigível, nos prazos e condições estabelecidos, serão convocados os demais proponentes remanescentes a fazê-lo, na ordem de classificação, independentemente da cominação prevista no **item 15 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**.

14.8- É facultado à Administração, quando da ocorrência das hipóteses previstas no **item 14.7**, retomar a Sessão Pública e convocar os demais licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

14.9- Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 14.8**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.10- Na hipótese de retomada da Sessão Pública para aplicação das disposições previstas nos **itens 14.8 e 14.9**, serão adotados os procedimentos licitatórios imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances, inerentes às fases de aceitação e julgamento da proposta, habilitação e documentos técnicos.

15 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1- Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

15.1.2.1- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3- injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4- deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5- apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6- fraudar a licitação;

15.1.7- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2- induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7.3- apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.1.8- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2- Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1- Advertência:

16.2.1.1- Serão aplicadas sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais a LICITANTE e/ou CONTRATADA/DETENTORA tenha concorrido diretamente, e poderão instruídas no processo licitatório em referência.

15.2.2- Das multas:

15.2.2.1- A desistência da proposta e a recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido; quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejarão, além das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21:

a) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

b) Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

15.2.2.2- O prazo para pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) será de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua cobrança.

15.2.2.3- Multas não pagas serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a LICITANTE a processo executivo.

15.2.3- Do impedimento de licitar e contratar:

15.2.3.1- Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.2.4. Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:

15.2.4.1. Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2.4.2- A sanção estabelecida no item 15.2.4.1. será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas nos § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.

15.3- Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.

15.4- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

15.5- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

15.6- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados pela Controladoria Interna do Município e/ou por meio da Divisão de Sindicâncias e Procedimentos Apuratórios da Secretaria dos Assuntos Jurídico desta Prefeitura.

16 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1- Qualquer pessoa é parte legítima para **IMPUGNAR O EDITAL** ou **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS**, devendo protocolar o pedido no **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

16.1.1- A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via **Sistema BBMNET**, através do site www.novobbmnet.com.br.

16.1.2- A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento também poderão ser protocolados, na forma eletrônica, através do **Guacu Digital - Portal de Protocolo de Processos**, disponibilizado no sítio da Prefeitura de Mogi Guaçu, ou presencialmente no Protocolo Geral desta Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, situado no andar térreo do paço municipal.

16.2- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.5- As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.novobbmnet.com.br e www.mogiguacu.sp.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, no sítio eletrônico desta Prefeitura: www.mogiguacu.sp.gov.br/licitacoes.html, e na plataforma de Pregão Eletrônicos - **BBMNET** Licitações, no site: www.novobbmnet.com.br.

17.2- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

17.3- Não sendo solicitado esclarecimentos ou informações no prazo estabelecido no **item 16.1**, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e seus anexos, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados.

17.4- A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

17.5- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico da Plataforma BBMNET Licitações.

17.6- A presente licitação será homologada, anulada ou revogada pelo Prefeito Municipal nos termos do Decreto Municipal nº 27.089 de 22 de janeiro de 2024.

17.7- O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município disponibilizada no site oficial do município: www.mogiguacu.sp.gov.br, bem como, disponibilizado na plataforma de Pregão Eletrônico - BBMNET no site: www.novobbmnet.com.br.

17.8- Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município disponibilizada no site oficial do município: www.mogiguacu.sp.gov.br.

17.9- As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, mediante publicação.

17.10- É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.11- Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.12- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.13- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, a exata compreensão de sua proposta, e o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.15- Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

17.16- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.17- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou da Autorização de Fornecimento sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.18- A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação.

17.19- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.20- A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas e início dos lances, descabendo em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

17.21- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.22- O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br/.

17.22.1- Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

17.23- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

18 - DOS ANEXOS DESTE EDITAL

18.1- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Modelos de Proposta de Preços;
- c) ANEXO III - Documentos de Habilitação;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declarações;
- e) ANEXO V - Modelo de Nomeação de Responsável Legal e Preposto;
- f) ANEXO VI - Minuta de Contrato; e
- g) ANEXO VII - Termo de Ciência e de Notificação.

Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, em XX de XXXXX de 2025.

LUCIANE ELISABETE PEREIRA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Refere-se à processo de aquisição, via processo licitatório de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600 kg a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro.

1.1.1 O produto, objeto dessa licitação, deverá ser instalado no prédio descrito no item 1.1 deste Termo de Referência localizada a Rodovia dos Estudantes, S/N, Cachoeira de Cima, Mogi Guaçu, SP. CEP.: 13.845-971.

1.2. A Empresa vencedora deverá ter consignado em seu ato constitutivo o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 Aquisição e instalação de elevador cabinado para 8 (oito) passageiros e capacidade de 600 kg (seiscentos quilos), deverá obedecer às seguintes características mínimas:

Item	Equipamento	Descrições Gerais	
		Componente	Característica
1	Elevador Cabinado de passageiros	Tipo de equipamento	Elevador de passageiros Hidráulico
		Destinação	Comercial
		Normas Aplicadas	NBR 12892:2022 - Elevadores unifamiliares ou de uso por pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação
		Acionamento	Hidráulico 2:1
		Capacidade	600 kg (seiscentos quilos) ou 8 (oito) passageiros
		Percurso Aproximado	Até 4,00m
		Paradas automáticas	02 (T + 1)
		Sistema Motor	Elétrico/Hidráulico
		Velocidade da Cabina	0,50 m/s
		Posição do Pistão	Indireto lateral
		Válvula de segurança	Válvula paraquedas.
		Viagens por horas	40 - 50
		Cabina	
		Quantidade de guias para cabina	02 - Laterais
		Estrutura	Aço escovado 441
		Dimensões da Cabina	1,10x1,40x2,10 (L x P x H)
		Acabamento	Aço inox escovado e painéis decorativos MDF com Fundo e Lateral em vidro laminado
		Botoeira	Em aço inox com display de indicação de cabina e botão em braile
		Subteto	Plafon e iluminação LED; Luz de emergência embutida
		Acabamento do piso	PVC alta resistência antiderrapante
		Interfone	Incluso - ponto de ligação na cabina e na casa de máquinas
		Porta da Cabina	Automática, Abertura lateral 2 folhas
		Quantidade	01 - Unilateral
		Proteção da porta	Barreira infravermelho
		Portas de Pavimento	
		Quantidade de Entradas	02 (uma por pavimento)
		Quantidade de Portas	2 (duas)
		Tipo	Automática abertura lateral 02 folhas
		Vão Livre de Abertura	0,80x2,00 m (L x H)
		Acabamento	Aço escovado vidro laminado
		Botoeiras de Pavimento	
		Quantidade de botoeiras	02 (uma por porta de pavimento)
		Indicador de posição digital na cabina	Incluso em todas as botoeiras
		Acabamento	Aço escovado
		Sistema de Comando	
		Painel de comando	Eletrônico micro processado
		Renivelamento	Automático
		Sistema de manobra	Universal
		Falta de Energia Elétrica	Retorno automático para piso inferior
		Anunciador digital	indicação de sentido e andar de parada na cabina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

Torre Metálica Autoportante	
Fornecimento	Incluso
Acabamento	Pintura eletrostática
Fechamento	vidro laminado 8mm
Infraestrutura necessária instalação	
Medidas internas da caixa de corrida	1,70 x 1,90 m (L x P)
Profundidade do Poço	entre 0,80m e 1,20m
Última altura mínima	3,20 m
Casa de máquinas	em qualquer pavimento
Tensão de Alimentação	220 volts, trifásico
Tensão de Iluminação	220 volts independente
OBS.: MEDIDAS APROXIMADAS A SEREM CONFIRMADAS NO PROJETO ESPECÍFICO PELA GANHADORA/CONTRATADA	

3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

3.1. Nos termos do Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o valor estimado desta aquisição em objeto possui caráter sigiloso, sob a justificativa de, amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, compor estratégia de licitude e transparência, considerada eficiente na busca da economicidade da contratação. As principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação dos valores estimados ao final do certame.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO

4.1 O critério de julgamento será o **MENOR VALOR GLOBAL**.

5. OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO

5.1 Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o pregão eletrônico se mostra como modalidade licitatória mais adequada para a contratação de bens e serviços comuns, tendo em vista os princípios da economicidade, eficiência e isonomia que devem nortear as contratações públicas.

5.1.1. Fundamentação Legal

O artigo 6º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021 define o pregão como uma modalidade de licitação, destacando que seu uso é obrigatório para a aquisição de bens e serviços comuns, conforme os artigos 28 e 29. O pregão eletrônico também permite maior transparência e competitividade, já que possibilita ampla participação de licitantes em todo o território nacional, eliminando barreiras físicas e fomentando a competitividade.

5.1.2. Vantagens do Pregão Eletrônico

O pregão eletrônico é caracterizado por uma fase inicial de lances públicos, o que contribui para a obtenção da melhor proposta com base no critério de menor preço (art. 33, inciso II). Esse procedimento estimula a disputa entre fornecedores e resulta em significativa redução de custos para a Administração, concretizando o princípio da eficiência, previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a modalidade eletrônica possibilita o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo um ambiente competitivo, conforme o artigo 47. Esse aspecto é relevante para o fomento da economia local e para assegurar a isonomia entre os licitantes.

5.1.3. Transparência e Agilidade

A Lei nº 14.133/2021 incentiva a utilização de recursos eletrônicos para aumentar a transparência dos processos licitatórios. O pregão eletrônico é realizado por meio de sistemas digitais, como a Plataforma Compras.gov, que registra todas as etapas e as disponibiliza para consulta pública, assegurando o cumprimento dos princípios da publicidade e da transparência.

5.2 Além disso, essa modalidade permite maior agilidade no processo licitatório, uma vez que a análise das propostas e dos documentos de habilitação é simplificada, conforme previsto no artigo 31 da Lei nº 14.133/2021, o que reduz o prazo de contratação e proporciona maior celeridade à Administração.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado em parcela única após 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal emitida após o Aceite por parte da Administração da instalação do equipamento.

7. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

7.1 O prédio que abriga o curso de Medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro é um espaço de ensino, atendimento e pesquisa que atende a um fluxo contínuo de estudantes, docentes, profissionais da saúde e visitantes. Diante da necessidade de promover a acessibilidade, a segurança e o bem-estar de todos os usuários, torna-se imprescindível a aquisição de um elevador cabinado com capacidade para 8 (oito) pessoas. Este investimento visa não apenas modernizar a infraestrutura, mas também eliminar barreiras arquitetônicas e garantir a plena inclusão de pessoas com mobilidade reduzida.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

7.2 A implementação do elevador será realizada em estrita conformidade com a legislação e as normas vigentes, que orientam a promoção da acessibilidade e a gestão eficiente dos recursos públicos:

- a. Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade): Estabelece medidas para a remoção de barreiras que impeçam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a espaços públicos.
- b. Decreto nº 5.296/2004: Regulamenta a Lei nº 10.098/2000, determinando que edificações de uso coletivo, como instituições de ensino, sejam adaptadas para atender às necessidades de acessibilidade.
- c. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão): Assegura os direitos das pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de ambientes inclusivos, especialmente em estabelecimentos de ensino.
- d. ABNT NBR 9050:2020: Define os padrões técnicos para acessibilidade em edificações, garantindo critérios mínimos de segurança, dimensões e usabilidade para equipamentos como elevadores.
- e. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): Orienta os processos de contratação pública, enfatizando os princípios de transparência, eficiência, economicidade e eficácia na gestão dos recursos.

7.3 O prédio do curso de Medicina possui alta demanda de circulação, com atividades que exigem acesso rápido e seguro a diversos ambientes (salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas administrativas). A aquisição do elevador se mostra estratégica para:

- a. Garantir a Acessibilidade Total: Adaptar o ambiente para o uso de cadeiras de rodas e outros dispositivos de mobilidade, assegurando que todos os usuários tenham acesso irrestrito às dependências do prédio.
- b. Melhorar a Logística e a Operacionalidade: Reduzir os tempos de deslocamento entre os pavimentos, otimizando a rotina de atividades e contribuindo para um ambiente mais dinâmico e funcional.
- c. Aumentar a Segurança e o Conforto: Proporcionar um transporte interno moderno e seguro, com sistemas de emergência, alarmes e controles ergonômicos que atendam aos padrões técnicos e às necessidades dos usuários.

7.4. Resultados Esperados e Benefícios da Aquisição

7.4.1 Economicidade:

- a. Otimização dos recursos públicos com um investimento que, ao longo do ciclo de vida, gera economia em manutenção e operação.
- b. Redução de custos com obras ou adaptações adicionais, aproveitando a infraestrutura existente.

7.4.2 Eficiência:

- a. Melhoria no tempo de deslocamento e fluxo de pessoas, contribuindo para uma operação mais ágil e sem interrupções nas atividades acadêmicas e administrativas.
- b. Implantação de um sistema de manutenção preventiva que assegure a continuidade do serviço.

7.4.3 Eficácia:

- a. Atendimento integral às normas de acessibilidade, proporcionando inclusão e igualdade de condições a todos os usuários, conforme as diretrizes legais.
- b. Promoção do bem-estar e da qualidade de vida, refletindo o compromisso da instituição com a segurança e o conforto dos usuários.

7.5 Transparência e Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

- a. Realização de um processo licitatório competitivo, que assegure a seleção da melhor proposta técnica e financeira, em conformidade com os princípios da nova lei de licitações.
- b. Gestão rigorosa dos riscos e garantia de cumprimento dos prazos e padrões estabelecidos, contribuindo para a imagem de transparência e responsabilidade da administração pública.

7.6 A aquisição do elevador cabinado para o prédio do curso de Medicina da Faculdade Municipal é uma solução estratégica que integra modernização, inclusão e segurança. Alinhada às exigências legais e normativas, a implantação deste equipamento garantirá a plena acessibilidade, melhorando significativamente o ambiente de ensino e atendimento. Este investimento reafirma o compromisso da instituição com a eficiência na gestão dos recursos públicos, a promoção do bem-estar e a oferta de serviços de qualidade à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

8. DA DESTINAÇÃO DA AQUISIÇÃO

8.1 A destinação desta aquisição é garantir a plena acessibilidade, mobilidade e segurança no prédio do curso de Medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro. Em essência, o elevador será instalado para:

- a. **Facilitar o Acesso Vertical:** Permitir a circulação eficiente entre os diversos pavimentos do edifício, eliminando barreiras arquitetônicas que possam dificultar o deslocamento de estudantes, docentes, funcionários e visitantes.
- b. **Promover a Inclusão e Equidade:** Assegurar que pessoas com mobilidade reduzida ou necessidades especiais tenham acesso irrestrito a todas as áreas do prédio, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.
- c. **Melhorar a Logística Interna:** Otimizar o fluxo de pessoas, reduzindo o tempo de deslocamento entre salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas administrativas, contribuindo para um ambiente acadêmico mais dinâmico e funcional.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

- d. **Atender às Exigências Legais e Normativas:** Alinhar a infraestrutura do prédio aos dispositivos legais (como a Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004, Lei nº 13.146/2015, ABNT NBR 9050:2020) e aos princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo para entrega dos materiais/equipamentos e instalação é de, no máximo, **06 (seis) meses**.

9.2 Após entrega e validação do equipamento, a empresa fornecedora fica obrigada a realizar as manutenções preventivas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem ônus a contratante.

9.3 Os equipamentos devem ter **garantia mínima de 12 (doze) meses**, o qual deverá cobrir troca de peças e equipamentos, salvo por mau uso ou interferência de terceiros.

10. DAS CONDIÇÕES

10.1 Dentre as principais exigências, destacam-se:

10.1.1 Habilitação Jurídica e Fiscal:

a. **Documentação Legal:** Apresentação dos documentos constitutivos da empresa (contrato social ou estatuto) devidamente registrados, além de comprovante de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Certidões negativas de débitos junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como comprovação de regularidade com as obrigações trabalhistas e previdenciárias (FGTS, INSS, etc.).

10.1.2 Qualificação Técnica:

a. **Experiência Comprovada:** Atestados de capacidade técnica ou relatórios de execução de projetos semelhantes, que demonstrem a experiência da empresa na fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de elevadores, especialmente em edificações de uso público.

b. **Capacidade Técnica:** Indicação dos responsáveis técnicos e comprovação de que o equipamento a ser fornecido atende às especificações técnicas, normas de segurança e de acessibilidade (por exemplo, conformidade com a ABNT NBR 9050:2020).

10.1.3 Conformidade com as Especificações do Edital:

a. **Adequação Técnica e Funcional:** As propostas devem demonstrar que o elevador oferecido atenderá integralmente às exigências de capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.

b. **Prazos e Condições de Execução:** Comprometimento com os prazos estipulados e condições de instalação, manutenção e suporte técnico que garantam a operacionalidade contínua do equipamento.

10.1.4 Observância dos Princípios da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

a. **Transparência e Competitividade:** As propostas devem seguir critérios objetivos de julgamento, que promovam a isonomia, a competitividade e a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

b. **Gestão de Riscos e Penalidades:** A empresa deverá estar preparada para cumprir as cláusulas contratuais relativas à gestão de riscos, penalidades e garantias, conforme definido no edital.

11. DOS DEVERES DA CONTRATADA

11.1 A empresa vencedora terá um conjunto de deveres e obrigações que garantem que o produto seja fornecido, instalado e operado em conformidade com as especificações e normas contratuais. Esses deveres incluem, mas não se limitam a:

11.1.1 Fornecimento e Entrega do Equipamento

a. **Conformidade Técnica:** Fornecer o elevador conforme as especificações técnicas detalhadas no edital e no contrato, incluindo capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.

b. **Entrega no Prazo:** Garantir a entrega do equipamento dentro do cronograma estabelecido, evitando atrasos que possam comprometer o funcionamento do prédio e as atividades do curso de Medicina.

11.1.2 Instalação e Comissionamento

a. **Instalação Adequada:** Realizar a instalação do elevador de forma a integrar-se corretamente à infraestrutura existente do prédio, seguindo as normas técnicas (como a ABNT NBR 9050) e os padrões de segurança.

b. **Testes e Comissionamento:** Efetuar testes de operação e comissionamento para confirmar que o elevador está funcionando de maneira segura e eficiente, conforme os critérios previamente definidos.

11.1.3 Garantia e Suporte Técnico

a. **Prazo de Garantia:** Oferecer um período de garantia que cubra eventuais defeitos de fabricação ou falhas operacionais, assegurando que quaisquer problemas sejam solucionados sem ônus para a contratante.

b. **Suporte e Manutenção:** Disponibilizar serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme o contrato, para garantir a continuidade da operação e a segurança dos usuários.

11.1.4 Treinamento e Transferência de Conhecimento

a. **Capacitação dos Usuários:** Se necessário, fornecer treinamento para os operadores e para a equipe de manutenção da instituição, garantindo que saibam como utilizar e monitorar o equipamento corretamente.

b. **Manual de Operação:** Entregar toda a documentação técnica e manuais de operação, manutenção e segurança do elevador.

11.1.5 Cumprimento das Normas e Legislação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

a. Observância Legal: Garantir que todas as etapas do fornecimento, instalação e manutenção estejam em conformidade com a legislação vigente (por exemplo, Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004, Lei nº 13.146/2015, ABNT NBR 9050:2020 e Lei nº 14.133/2021).

b. Certificações e Aprovações: Fornecer toda a documentação e certificações necessárias que atestem a segurança, qualidade e regularidade do equipamento.

11.1.6 Responsabilidade por Riscos e Danos

a. Gestão de Riscos: Adotar medidas que minimizem riscos durante a instalação e operação do elevador, incluindo a implementação de sistemas de segurança e procedimentos de emergência.

b. Responsabilidade Civil: Assumir a responsabilidade por eventuais danos causados ao patrimônio da contratante ou a terceiros decorrentes de falhas no equipamento ou na execução dos serviços contratados.

11.1.7 Transparência e Comunicação

a. Relatórios Periódicos: Fornecer relatórios de instalação, comissionamento e manutenção, mantendo a contratante informada sobre o andamento dos serviços e eventuais intervenções.

b. Canal de Comunicação: Estabelecer canais de comunicação eficientes para atendimento a dúvidas, solicitações de suporte ou ocorrências que possam surgir durante o período contratual.

12. DOS REGISTROS EXIGIDOS

Conforme Anexo III do Edital.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos serviços.

13.2. Fiscalizar e acompanhar, por servidor previamente designado, a execução do objeto contratual.

13.3. Fiscalizar, gerenciar e monitorar todas as atividades decorrentes dos serviços a serem executados pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos.

13.5. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas no contrato.

13.6. Comunicar à CONTRATADAS quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Fornecimento do Equipamento

a. Conformidade Técnica: Entregar o elevador conforme as especificações técnicas definidas no edital e no contrato, incluindo capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.

b. Qualidade do Produto: Garantir que o equipamento esteja de acordo com as normas técnicas (como a ABNT NBR 9050) e certificações exigidas, assegurando sua qualidade e durabilidade.

14.2 Instalação e Comissionamento

a. Instalação Adequada: Realizar a instalação do elevador integrando-o à infraestrutura existente do prédio, de maneira segura e eficiente.

b. Testes e Comissionamento: Executar todos os testes necessários para verificar o funcionamento correto e seguro do equipamento, procedendo ao comissionamento e liberando-o para uso após a validação dos resultados.

14.3 Garantia e Suporte Técnico

a. Período de Garantia: Oferecer um prazo de garantia que cubra eventuais defeitos de fabricação e falhas operacionais, permitindo que a contratante exija a correção sem custos adicionais.

b. Serviços de Manutenção: Prestar suporte técnico, com manutenção preventiva e corretiva, de forma a garantir a continuidade e a segurança do funcionamento do elevador ao longo do tempo.

14.4 Treinamento e Documentação

a. Capacitação dos Usuários: Fornecer treinamento adequado aos operadores e à equipe de manutenção da contratante, facilitando o manuseio e a monitorização do equipamento.

b. Entrega de Documentação Técnica: Disponibilizar manuais de operação, manutenção e segurança, além de todas as certificações e laudos técnicos que comprovem a conformidade do equipamento com as normas vigentes.

14.5 Conformidade Legal e Normativa

a. Atendimento à Legislação: Assegurar que todos os serviços prestados – desde o fornecimento até a instalação e manutenção – estejam em conformidade com as legislações aplicáveis, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015, e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

b. Observância das Normas de Acessibilidade: Garantir que o equipamento atenda a todos os requisitos de acessibilidade, promovendo a inclusão e a segurança de todos os usuários.

14.6 Responsabilidade por Riscos e Danos

a. Gestão de Riscos: Adotar todas as medidas necessárias para prevenir e mitigar riscos durante a instalação e operação do elevador.

b. Responsabilidade Civil: Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de falhas na instalação ou no funcionamento do equipamento.

14.7 Comunicação e Transparência

a. Relatórios e Acompanhamento: Fornecer informações periódicas sobre o andamento da instalação, testes e manutenções, mantendo a contratante informada sobre o status e quaisquer intervenções necessárias.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

- b. Canais de Suporte: Disponibilizar canais de comunicação eficientes para atendimento a dúvidas, solicitações de suporte e resolução de eventuais problemas.

15. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1 O prédio que abriga o curso de Medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro é um espaço de ensino, atendimento e pesquisa que atende a um fluxo contínuo de estudantes, docentes, profissionais da saúde e visitantes. Diante da necessidade de promover a acessibilidade, a segurança e o bem-estar de todos os usuários, torna-se imprescindível a aquisição de um elevador cabinado com capacidade para 8 (oito) pessoas. Este investimento visa não apenas modernizar a infraestrutura, mas também eliminar barreiras arquitetônicas e garantir a plena inclusão de pessoas com mobilidade reduzida.

15.2 A implementação do elevador será realizada em estrita conformidade com a legislação e as normas vigentes, que orientam a promoção da acessibilidade e a gestão eficiente dos recursos públicos:

- a. Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade): Estabelece medidas para a remoção de barreiras que impeçam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a espaços públicos.
- b. Decreto nº 5.296/2004: Regulamenta a Lei nº 10.098/2000, determinando que edificações de uso coletivo, como instituições de ensino, sejam adaptadas para atender às necessidades de acessibilidade.
- c. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão): Assegura os direitos das pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de ambientes inclusivos, especialmente em estabelecimentos de ensino.
- d. ABNT NBR 9050:2020: Define os padrões técnicos para acessibilidade em edificações, garantindo critérios mínimos de segurança, dimensões e usabilidade para equipamentos como elevadores.
- e. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): Orienta os processos de contratação pública, enfatizando os princípios de transparência, eficiência, economicidade e eficácia na gestão dos recursos.

15.3 O prédio do curso de Medicina possui alta demanda de circulação, com atividades que exigem acesso rápido e seguro a diversos ambientes (salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas administrativas). A aquisição do elevador se mostra estratégica para:

- a. Garantir a Acessibilidade Total: Adaptar o ambiente para o uso de cadeiras de rodas e outros dispositivos de mobilidade, assegurando que todos os usuários tenham acesso irrestrito às dependências do prédio.
- b. Melhorar a Logística e a Operacionalidade: Reduzir os tempos de deslocamento entre os pavimentos, otimizando a rotina de atividades e contribuindo para um ambiente mais dinâmico e funcional.
- c. Aumentar a Segurança e o Conforto: Proporcionar um transporte interno moderno e seguro, com sistemas de emergência, alarmes e controles ergonômicos que atendam aos padrões técnicos e às necessidades dos usuários.

15.4. Resultados Esperados e Benefícios da Aquisição

15.4.1 Economicidade:

- a. Otimização dos recursos públicos com um investimento que, ao longo do ciclo de vida, gera economia em manutenção e operação.
- b. Redução de custos com obras ou adaptações adicionais, aproveitando a infraestrutura existente.

15.4.2 Eficiência:

- a. Melhoria no tempo de deslocamento e fluxo de pessoas, contribuindo para uma operação mais ágil e sem interrupções nas atividades acadêmicas e administrativas.
- b. Implantação de um sistema de manutenção preventiva que assegure a continuidade do serviço.

15.4.3 Eficácia:

- a. Atendimento integral às normas de acessibilidade, proporcionando inclusão e igualdade de condições a todos os usuários, conforme as diretrizes legais.
- b. Promoção do bem-estar e da qualidade de vida, refletindo o compromisso da instituição com a segurança e o conforto dos usuários.

15.5 Transparência e Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

- a. Realização de um processo licitatório competitivo, que assegure a seleção da melhor proposta técnica e financeira, em conformidade com os princípios da nova lei de licitações.
- b. Gestão rigorosa dos riscos e garantia de cumprimento dos prazos e padrões estabelecidos, contribuindo para a imagem de transparência e responsabilidade da administração pública.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

15.6 A aquisição do elevador cabinado para o prédio do curso de Medicina da Faculdade Municipal é uma solução estratégica que integra modernização, inclusão e segurança. Alinhada às exigências legais e normativas, a implantação deste equipamento garantirá a plena acessibilidade, melhorando significativamente o ambiente de ensino e atendimento. Este investimento reafirma o compromisso da instituição com a eficiência na gestão dos recursos públicos, a promoção do bem-estar e a oferta de serviços de qualidade à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

16. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

16.1 A solução proposta envolve a aquisição de um elevador cabinado com capacidade para 8 pessoas, pensado para transformar a experiência de mobilidade e acessibilidade no prédio que abriga o curso de Medicina. Essa solução integra os seguintes aspectos:

16.1.1 Conformidade com a Legislação e Normas de Acessibilidade

- a. **Legislação Aplicável:** A aquisição será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege os processos licitatórios, e também com a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 e a ABNT NBR 9050:2020, que asseguram a eliminação de barreiras e a promoção da acessibilidade.
- b. **Inclusão e Equidade:** A solução garante que o edifício esteja adequado para atender a pessoas com mobilidade reduzida, proporcionando igualdade de acesso a todas as áreas, de salas de aula a laboratórios e demais dependências.

16.1.2 Especificações Técnicas e Funcionalidade

- a. **Capacidade e Dimensões:** O elevador será dimensionado para acomodar confortavelmente 8 (oito) pessoas, incluindo espaço adequado para cadeiras de rodas e equipamentos de apoio, conforme as normas de acessibilidade.
- b. **Interface e Usabilidade:** O equipamento contará com painéis de comando acessíveis, com botões em braile, sinalização tátil e indicação sonora, facilitando o uso para pessoas com deficiências visuais ou auditivas.
- c. **Eficiência Operacional:** Projetado para oferecer um tempo de deslocamento adequado e minimizar o tempo de espera, o elevador também deverá apresentar um consumo energético otimizado e sistemas de manutenção preventiva.

16.1.3 Segurança e Bem-Estar dos Usuários

- a. **Sistemas de Segurança:** A solução inclui dispositivos de segurança como alarmes, sensores de sobrecarga, freios de emergência e mecanismos antipânico, além de sistemas de comunicação e iluminação de emergência.
- b. **Conforto Interno:** O design interno do elevador prioriza o conforto e a ergonomia, com acabamentos que reduzem ruídos e vibrações, climatização adequada e iluminação que favoreça uma experiência agradável aos usuários.

16.1.4 Integração com a Infraestrutura Existente

- a. **Compatibilidade Arquitetônica:** A instalação do elevador será planejada de forma a integrar-se harmoniosamente com a estrutura existente, evitando adaptações que possam comprometer a integridade do prédio.
- b. **Manutenção e Sustentabilidade:** O projeto considera não apenas a aquisição do equipamento, mas também um plano de manutenção contínua, visando garantir a durabilidade do sistema e o uso eficiente dos recursos públicos, em linha com os princípios da economicidade e eficiência da Lei nº 14.133/2021.

16.1.5 Transparência e Eficiência no Processo de Contratação

- a. **Processo Licitatório:** Todo o procedimento será realizado por meio de um processo licitatório que assegure transparência, competitividade e a seleção da melhor proposta técnica e financeira.
- b. **Gestão de Riscos e Garantias:** O contrato incluirá cláusulas que prevejam penalidades, garantias e seguros, mitigando riscos e assegurando a continuidade dos serviços mesmo diante de imprevistos.

16.2 Assim, a aquisição do elevador representa uma solução integrada que combina requisitos técnicos, legais e operacionais para garantir um ambiente acessível, seguro e confortável. Este investimento não só moderniza a infraestrutura do prédio, mas também reafirma o compromisso da instituição com a inclusão, a qualidade dos serviços oferecidos e a utilização eficiente dos recursos públicos.

17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

17.2 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da Contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da Contratante, que tomará as providências necessárias para que se apliquem as sanções previstas na Lei, no Edital, no Instrumento Contratual e no TR, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17.3 A fiscalização exercida pela Contratante não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

17.4 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

17.5 O representante da Administração anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.6 Serão sustados os pagamentos das faturas, no caso de infração praticada pela Contratada de qualquer dispositivo contratual.

17.7 O acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto em questão ficarão sob a responsabilidade da equipe de gestão/fiscalização, conforme indicado:

17.7.1 GESTORA DO CONTRATO:

NOME: Beatriz Roncato

CARGO: Coordenadora Geral

CPF/MF nº CPF: 359.894.718-66

E-mail institucional: coordenacaogeral@francomontoro.com.br

17.7.2 GESTOR SUBSTITUTO DO CONTRATO:

NOME: Prof. Dr. Mário Vedovello Filho

CARGO: Diretor Administrativo da FMPFM

CPF/MF nº CPF: 056.602.118-87

E-mail institucional: direcao@francomontoro.com.br

17.7.3 FISCAL DO CONTRATO:

NOME: Talita Lana Moreira

CARGO: Administradora de Campus

CPF/MF nº CPF: 315.646.258-69

E-mail institucional: diplomas@francomontoro.com.br

17.7.4 A indicação do gestor será pelo período de vigência do contrato, alterando-se nas situações de substituição do servidor por motivos devidamente justificados.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Para cobrir as despesas oriundas da contratação decorrente deste Termo de Referência serão oneradas as dotações orçamentárias do Orçamento Programa para o exercício de 2025, sendo efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico:

25	19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO SUPERIOR OBRAS E INSTALAÇÕES
----	---	--

Responsável pelo Termo de Referência:

Dra. LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Presidente do Conselho Administrativo da FEG

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Observação importante: Esta proposta somente deverá ser encaminhada pelo licitante classificado/vencedor, após a etapa de lances e aceitação da proposta, com o preço devidamente ajustado ao valor de fechamento da operação.

À Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu/SP

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2025 - PROCESSO nº 249/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM.

DADOS DO PROPONENTE			
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ			
INSC. ESTADUAL			
ENDEREÇO COMPLETO			
CIDADE / ESTADO			
CEP:			
EMAIL		FONE	

Prezados Senhores,

Pelo presente instrumento, a empresa acima qualificada, através de seu representante legal infra-assinado, apresenta e submete à V.Sas., a Proposta de Preços, relativa à Licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca / Fabricante / Modelo	Valor Total
01	01	UN	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR CABINADO (com fechamento) para 08 (oito) passageiros ou capacidade de 600 kg. Seguindo as especificações que constam no ANEXO I - Termo de Referência.		

CONDIÇÕES GERAIS

DECLARAMOS que o prazo de validade de nossa proposta é de (.....) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme determinada em Edital, no ANEXO I - Termo de Referência.

DECLARAMOS que estamos de acordo com os termos do Edital, e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e demais contribuições pertinentes de nossa responsabilidade, sem qualquer exceção, constituindo-se os referidos preços unitários na única contraprestação da PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU pelos efetivos fornecimentos, sob nossa conta e risco.

(Local e data)

(Assinatura da proponente/representante legal da empresa)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial;

1.1.1- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor.

1.1.2- Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

1.2- No caso de microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão comprovar sua habilitação jurídica e o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**.

1.3- Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1- Comprovação de aptidão para a realização do objeto da presente licitação, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a empresa licitante realizou ou esteja realizando o fornecimento semelhante ao objeto, em qualquer época e quantidade.

2.1.1- Somente serão considerados válidos atestados com identificação da entidade expedidora, contendo, no que couber, número do CNPJ, nome completo, endereço completo, telefone, e-mail, entre outros. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.

2.2- Além do atestado, a licitante classificada deverá apresentar os documentos a seguir:

2.2.1 Registro da Empresa:

a) CREA:

- i. Empresa especializada em engenharia (mecânica, elétrica, civil etc.), deve estar registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

b) Cadastro na Junta Comercial:

- i. Registro regular na Junta Comercial.

c) Registro no CNPJ:

- i. Cadastro ativo no CNPJ, com objeto social compatível com a atividade licitada, como instalação e manutenção de elevadores.

2.2.2 Responsável Técnico:

a) Profissional com registro no CREA-SP:

- i. O engenheiro responsável pelo projeto e/ou execução da instalação do elevador deve possuir registro ativo no CREA.
- ii. É exigido um engenheiro mecânico ou mecatrônico, assim como um engenheiro elétrico responsáveis pela execução do projeto.

2.2.3 Qualificação Técnico-operacional

2.2.3.1 Para comprovação de sua qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, no envelope de Habilitação, os seguintes documentos:

- a) Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pelo CREA-SP, referente ao somatório das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs – registradas em nome da empresa, comprovando a execução, no período dos últimos 5 (cinco) anos, de serviços de instalação de elevadores ou manutenção e modernização de elevadores, compatíveis em escopo e complexidade com o objeto desta licitação. A CAO deverá conter, no mínimo:
 - 1. Nome e registro do profissional responsável técnico que assinou cada ART;
 - 2. Número da ART;
 - 3. Descrição sucinta do serviço executado;
 - 4. Local da execução;
 - 5. Data de início e conclusão do serviço;
 - 6. Valor contratado;
 - 7. Nome e CNPJ do contratante original (atestante).

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

b) Relação das ARTs que compõem o acervo encerrado na CAO, em formato de quadro ou planilha, detalhando os campos acima (itens 1 a 7). Cada registro deverá corresponder a uma ART registrada no CREA.

2.2.3.2 Os documentos indicados no subitem 2.2.3.1 deverão ser apresentados em cópias autenticadas, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores ao prazo final de entrega da documentação de habilitação.

2.2.3.3 Será considerada inabilitada a licitante que não comprovar a experiência técnico-operacional mínima exigida, bem como a compatibilidade das atividades comprovadas com o objeto desta licitação.

2.2.4 Exigências Adicionais (normas técnicas e legais):

a) Conformidade com a ABNT NBR 16.083:

- i. Trata da instalação e manutenção de elevadores.
- ii. A empresa deve atuar conforme as normas da ABNT, especialmente:
 - o NBR 16.083-1 (instalação de elevadores novos),
 - o NBR 16.083-3 (modernização),
 - o NBR NM 207 (requisitos de segurança para elevadores elétricos).

2.2.5 Fica sob responsabilidade do Gestor do Contrato a validação da documentação técnica apresentada.

3 - REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

3.1- Prova de **Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)** no Ministério da Fazenda.

3.2- Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, a saber;

3.2.1- Se o Ramo de Atividade da empresa for Comércio, deverá apresentar prova da **Inscrição Estadual**.

3.2.2- Se o Ramo de Atividade da empresa for Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da **Inscrição Municipal**.

3.2.3- Se o Ramo de Atividade da empresa envolver Comércio e Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da **Inscrição Estadual e Municipal**.

3.3- **Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal - CND** (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.

3.4- **Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual**, compreendendo os **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativos a atividade da empresa, ou a declaração de isenção ou de não incidência, assinada pelo representante legal do licitante sob as penas da Lei.

3.5- **Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal**, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante, referente aos **tributos mobiliários**.

3.6- Prova de **Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

3.7- Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1- **Certidão negativa de falência e de concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datado dos últimos 90 (noventa) dias da data estabelecida para abertura do certame.

4.2- **Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datado dos últimos 90 (noventa) dias da data estabelecida para abertura do certame.

4.2.1- Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for **positiva**, o licitante deverá apresentar comprovação da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, **sob pena de inabilitação**.

5 - DEMAIS COMPROVAÇÕES/DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

5.1- **DECLARAÇÃO NEGATIVA** de relação familiar, parentesco ou vínculo com os agentes vinculados à licitação ou ao seu respectivo processo, subscrita por representante legal da licitante, conforme modelo constante do ANEXO IV, sob pena de desclassificação.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1- Todas as certidões e documentos deverão ser apresentadas na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

6.2- Poderão ser apresentadas **Certidões Positivas com efeitos de negativa**, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).

6.3- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.3.1- A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

6.3.2- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.3.3- Os atestados de capacitação técnica, quando exigidos, poderão ser emitidos tanto em nome da matriz como da filial.

6.4- Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória Nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

6.5- O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

6.6- O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

6.7- A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente edital, implicará na inabilitação da licitante.

6.8. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.9. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

a) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

b) Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e trabalhista (item 3 e subitens deste Anexo), será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

c) A **não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**

6.9.1- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.10- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

À Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu/SP

Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/2025 - Processo nº 249/2025

1) DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR, PARENTESCO OU VÍNCULO COM OS AGENTES VINCULADOS À LICITAÇÃO OU AO SEU RESPECTIVO PROCESSO

A ... (razão social da licitante) ..., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador(a) do CPF nº, considerando o disposto art. 14, inc. IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

- a) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, com agentes ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou agentes que tenham exercido atribuições administrativas no presente processo, nos termos da Legislação vigente;
- b) está ciente da vedação da subcontratação, quando E SE autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente no exercício de atividades administrativas na licitação ou com agente ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e
- c) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

2) DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR 16.083

A ... (razão social da licitante) ..., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, sr(a), portador(a) do CPF nº, considerando o disposto art. 14, inc. IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

Está ciente de que deverá atuar em conformidade com ABNT NBR 16.083, especialmente:

- NBR 16.083-1 (instalação de elevadores novos),
- NBR 16.083-3 (modernização),
- NBR NM 207 (requisitos de segurança para elevadores elétricos).

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO V - MODELO DE NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL E PREPOSTO

À Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu/SP

Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/2025 – Processo nº 249/2025

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc.), designado a representar a empresa na assinatura do **CONTRATO**, referente à **Pregão Eletrônico nº XX/2025 – Processo nº 249/2025**.
- 2) Nomeamos e constituímos, como nosso **Preposto**, o(a) senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, cargo _____, e-mail _____ para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **CONTRATO**, referente à **Pregão Eletrônico nº XX/2025 – Processo nº 249/2025**, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais contidas no referido instrumento e no Edital e seus anexos.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

OBS.: A falta desta declaração não causará a inabilitação/desclassificação do proponente, no entanto, fica o mesmo ciente de que, assim que solicitado por responsáveis da Comissão Municipal de Licitações, deverá fornecer os dados para fins de formalização do Termo de Contrato.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 249/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A A FUNDAÇÃO
EDUCACIONAL GUAÇUANA E A EMPRESA _____**

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA, mantenedora da FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO, inscrita no CNPJ sob o nº 52.742.236/0001-05, com sede na Rua Hugo Panciera, nº 386, no bairro Centro, na cidade de Mogi Guaçu/SP, neste ato devidamente representada pela sua Presidente Senhora **Luciane Elisabete Pereira**, portadora do RG nº 28.275.425-8 e CPF/MF nº 267.406.078-69, conforme Delegação de Competência fixada pela Portaria nº 28 de 20 de março de 2024, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo(a) Senhor(a) _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, na qualidade de vencedora do Pregão Eletrônico nº XX/2025, Processo nº 249/2025, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 27.089, de 22 de janeiro de 2024, e suas alterações posteriores, e nos casos omissos, das normas do Código Civil e demais legislações pertinentes, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇO(S):

1.1.- Constitui o objeto do presente contrato a “Contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM**”, de acordo com as especificações e detalhamentos do edital, especialmente o ANEXO I – Termo de Referência.

1.1.1.- Fazem parte do presente contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

Item	Quant.	UNID	DESCRIPTIVO	Valor Unitário	Valor Total
------	--------	------	-------------	----------------	-------------

(Depende o julgamento final da licitação)

1.2- A **CONTRATADA** deverá executar os serviços mediante solicitação do **servidor público designado como gestor do contrato**.

1.3- Fazem parte do presente contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1.- Início da execução do objeto ocorrerá a partir da emissão da ordem de serviço;

2.2.- A ART de execução deverá ser apresentada após a assinatura do contrato e antes do início da obra.

2.3.- O serviço será prestado em data e hora em horário comercial e deverá ser previamente combinado com o gestor ou fiscal de contrato designado pela Faculdade Municipal Professor Franco Montoro-FMPFM;

2.4.- O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

2.5.- Os equipamentos e seus componentes deverão ter garantia técnica de 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus para a entidade, contados a partir da data da entrega dos equipamentos.

2.6.- Durante o período de garantia deverá prestar manutenção preventiva e corretiva, sem ônus a **CONTRATANTE**;

2.7.- As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

2.8.- Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do **CONTRATANTE** ou a apresentação de justificativas pela **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da **CONTRATADA** o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

2.9.- A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

2.10.- Para a perfeita execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

3.1.- A entrega dos materiais/equipamentos e instalação deve ser realizada no prazo máximo de **06 (seis) meses**, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela **CONTRATANTE**, no seguinte endereço: **Rodovia dos Estudantes, S/N, Cachoeira de Cima, Mogi Guaçu, SP. CEP: 13.845-971.**

3.2.- O bem poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato, Termo de Referência e na proposta, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.2.1.- Todas as despesas para nova entrega do bem rejeitados ficarão a cargo da empresa **CONTRATADA**.

3.3.- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.1.- O presente contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, onde serão reconhecidos seus efeitos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da **CONTRATANTE**, até os limites previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.2.- Após entrega e validação do equipamento, a empresa fornecedora fica obrigada a realizar as manutenções preventivas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem ônus a contratante.

4.3.- Os equipamentos devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses, o qual deverá cobrir troca de peças e equipamentos, salvo por mau uso ou interferência de terceiros.

4.4.- A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES DO CONTRATO E RECURSOS FINANCEIROS:

5.1- Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$ _____ (_____).

5.2- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, que desde já fica empenhada na Contabilidade da **CONTRATANTE**:

25	19.05.12.364.2005.1.013.449051.04.1100000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO SUPERIOR - OBRAS E INSTALAÇÕES
----	---	--

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- Do Faturamento:

6.1.1- A **CONTRATADA** deverá apresentar, fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).

6.1.1.1- A Nota Fiscal deve corresponder aos serviços efetivamente prestados, e em conformidade aos valores contratados.

6.1.2- No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, a **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

6.1.3- Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

6.1.3.1- Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.4- Serão deduzidos dos créditos da **CONTRATADA** os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

6.2- Das Condições De Pagamento:

6.2.1- O pagamento será efetuado em parcela única após 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal emitida e após o aceite por parte da **CONTRATANTE** da instalação do equipamento.

6.2.2- O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à **CONTRATADA**, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.2.3- Conforme legislação vigente, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

6.2.3.1- Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis.

6.2.3.2- No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

6.2.4- A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

6.2.4.1- Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

6.2.4.2- Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

6.2.5- Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.

6.2.5.1- Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à **CONTRATADA** carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a Comissão de Fiscalização no prazo de 2 (dois) dias.

6.2.5.2- Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

6.2.5.3- Qualquer atraso acarretado por parte da **CONTRATADA** na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

6.2.6- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$I = (TX/100)$, assim apurado: $I = (6/100)$ $I = 0,00016438$
365 365

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.2.6.1- Aplica-se a mesma regra disposta no item anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

6.2.7- No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de **recuperação judicial**, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

6.2.8- No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de **recuperação extrajudicial**, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

6.2.9- A não apresentação das comprovações de que tratam os **subitens 6.2.7 e 6.2.8**, assegura a **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

6.2.10- Os pagamentos ou as liquidações dos valores contratados não isentará a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades pelos serviços executados, especialmente aqueles relacionados com a qualidade dos materiais utilizados e dos serviços executados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:

7.1- Os preços não serão reajustados em períodos inferiores a 12 (doze) meses contínuos na contraprestação dos fornecimentos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1- Além das obrigações e disposições constantes do Edital e Termo de Referência, e da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações das partes:

8.2- DA CONTRATADA:

8.2.1- Fornecimento e Entrega do Equipamento

8.2.1.1- **Conformidade Técnica:** Entregar o elevador conforme as especificações técnicas definidas no edital e no contrato, incluindo capacidade, dimensões, sistemas de segurança, acessibilidade e eficiência energética.

8.2.1.2- **Entrega no Prazo:** Garantir a entrega do equipamento dentro do cronograma estabelecido, evitando atrasos que possam comprometer o funcionamento do prédio e as atividades do curso de Medicina.

8.2.1.3- **Qualidade do Produto:** Garantir que o equipamento esteja de acordo com as normas técnicas (como a ABNT NBR 9050) e certificações exigidas, assegurando sua qualidade e durabilidade.

8.2.2- Instalação e Comissionamento

8.2.2.1- **Instalação Adequada:** Realizar a instalação do elevador integrando-o à infraestrutura existente do prédio, de maneira segura e eficiente, seguindo as normas técnicas (como a ABNT NBR 9050) e os padrões de segurança.

8.2.2.2- **Testes e Comissionamento:** Executar todos os testes necessários para verificar o funcionamento correto e seguro do equipamento, procedendo ao comissionamento e liberando-o para uso após a validação dos resultados.

8.2.3- Garantia e Suporte Técnico

8.2.3.1- **Período de Garantia:** Oferecer um prazo de garantia que cubra eventuais defeitos de fabricação e falhas operacionais, permitindo que a contratante exija a correção sem custos adicionais.

8.2.3.2- **Serviços de Manutenção:** Prestar suporte técnico, com manutenção preventiva e corretiva, de forma a garantir a continuidade e a segurança do funcionamento do elevador ao longo do tempo.

8.2.4- Treinamento e Documentação

8.2.4.1- **Capacitação dos Usuários:** Fornecer treinamento adequado aos operadores e à equipe de manutenção da **CONTRATANTE**, facilitando o manuseio e a monitorização do equipamento.

8.2.4.2- **Entrega de Documentação Técnica:** Disponibilizar manuais de operação, manutenção e segurança, além de todas as certificações e laudos técnicos que comprovem a conformidade do equipamento com as normas vigentes.

8.2.4.3- **Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica):** A empresa deverá apresentar ART do responsável técnico, registrada no CREA, referente ao serviço de instalação do elevador.

8.2.4.3.1- A ART de execução deverá ser apresentada após a assinatura do contrato e antes do início da obra.

8.2.5- Conformidade Legal e Normativa

8.2.5.1- **Atendimento à Legislação:** Assegurar que todos os serviços prestados – desde o fornecimento até a instalação e manutenção – estejam em conformidade com as legislações aplicáveis, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015, ABNT NBR 9050:2020 e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5.2- **Certificações e Aprovações:** Fornecer toda a documentação e certificações necessárias que atestem a segurança, qualidade e regularidade do equipamento.

8.2.5.3- **Observância das Normas de Acessibilidade:** Garantir que o equipamento atenda a todos os requisitos de acessibilidade, promovendo a inclusão e a segurança de todos os usuários.

8.2.6- Responsabilidade por Riscos e Danos

8.2.6.1- **Gestão de Riscos:** Adotar todas as medidas necessárias para prevenir e mitigar riscos durante a instalação e operação do elevador, incluindo a implementação de sistemas de segurança e procedimentos de emergência.

8.2.6.2- **Responsabilidade Civil:** Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de falhas na instalação ou no funcionamento do equipamento.

8.2.7- Comunicação e Transparência

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

8.2.7.1- Relatórios e Acompanhamento: Fornecer informações periódicas sobre o andamento da instalação, testes e manutenções, mantendo a contratante informada sobre o status e quaisquer intervenções necessárias.

8.2.7.2- Canais de Suporte: Disponibilizar canais de comunicação eficientes para atendimento a dúvidas, solicitações de suporte e resolução de eventuais problemas.

8.2.8- A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com a ABNT NBR 16.083, especialmente:

8.2.8.1- NBR 16.083-1 (instalação de elevadores novos),

8.2.8.2- NBR 16.083-3 (modernização),

8.2.8.3- NBR NM 207 (requisitos de segurança para elevadores elétricos).

8.3- DA CONTRATANTE:

8.3.1- Verificar e fiscalizar as condições técnicas da **CONTRATADA**, visando estabelecer controle de qualidade dos serviços.

8.3.2- Fiscalizar e acompanhar, por servidor previamente designado, a execução do objeto contratual.

8.3.3- Fiscalizar, gerenciar e monitorar todas as atividades decorrentes dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**.

8.3.4- Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor e época estabelecidos.

8.3.5- Proibir que a **CONTRATADA** execute tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas no contrato.

8.3.6- Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

9.1- O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.2- O contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações legais e/ou contratuais ou antes do término de seu prazo de vigência, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.2.1- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.3- A extinção do contrato poderá ser:

- a) Por **ato unilateral e escrito da CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) **Consensual**, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**;
- c) Por **decisão arbitral**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por **decisão judicial**.

9.4- O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.4.1- A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita a **CONTRATADA** à multa rescisória de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato (no caso de desistência da prestação total dos serviços) ou do saldo do contrato existente na data da rescisão (no caso de desistência da continuidade/conclusão dos serviços), independentemente de outras multas aplicadas à **CONTRATADA** por infrações anteriores.

9.5- Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.6- No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

9.7- Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo com dirigente da **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da Lei 14.133/2021.

9.8- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 9.8.1-** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 9.8.2-** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 9.8.3-** Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

- públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2- Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4- Multa:

10.2.4.1- Caso seja comprovado o atraso injustificado da execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no subitem 10.2.1, sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa sobre o valor da obrigação não cumprida, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

a.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração Municipal a promover a **extinção do contrato** por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" e "h" do subitem 10.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato.

d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

10.3- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

10.6- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8- A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.9- A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11- Os débitos da **CONTRATADO** para com a **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO:

11.1- A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, fundamentados nos Artigos 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/21, executarão o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, através dos Gestores e Preposto abaixo designados:

11.1.1 – GESTORA DO CONTRATO:

NOME: Beatriz Roncato
CARGO: Coordenadora Geral
CPF/MF nº CPF: 359.894.718-66
E-mail institucional: coordenacaogeral@francomontoro.com.br

11.1.2- GESTOR SUBSTITUTO:

NOME: Prof. Dr. Mário Vedovello Filho
CARGO: Diretor Administrativo da FMPFM
CPF/MF nº CPF: 056.602.118-87
E-mail institucional: direcao@francomontoro.com.br

11.1.3- FISCAL DO CONTRATO:

NOME: Talita Lana Moreira
CARGO: Administradora de Campus
CPF/MF nº CPF: 315.646.258-69
E-mail institucional: diplomas@francomontoro.com.br

11.1.4- PREPOSTO DA CONTRATADA:

Nome:
Cargo:
CPF nº
E-mail:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

11.2- A gestão e fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

12.1- Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2- Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relativas ou resultantes deste CONTRATO, que não tenham sido resolvidas administrativamente.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente Contrato, as PARTES assinam na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, _____.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA
LUCIANE ELISABETE PEREIRA
PRESIDENTE
P/ CONTRATANTE
E-mail Institucional
E-mail Pessoal

RAZÃO SOCIAL
NOME
REPRESENTANTE
P/ CONTRATADA
E-mail Institucional
E-mail Pessoal

GESTORES E FISCAL DO CONTRATO:

BEATRIZ RONCATO
GESTORA DO CONTRATO

PROF. DR. MÁRIO VEDOVELLO FILHO
GESTOR SUBSTITUTO DO CONTRATO

TALITA LANA MOREIRA
FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF Nº

NOME
CPF Nº

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 01/2024)

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA - CNPJ/MF nº 52.742.236/0001-05

CONTRATADO: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelos órgãos concedor e beneficiário, bem como do interveniente e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Mogi Guaçu, _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Cargo: Presidente

CPF: 267.406.078-69

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Cargo: Presidente

CPF: 267.406.078-69

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo(a) contratante:

Nome: LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Cargo: Presidente

CPF: 267.406.078-69

Assinatura: _____

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/FEG/2025 - PROCESSO Nº 249/2025

Pela contratado(a):

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Cargo: Presidente

CPF: 267.406.078-69

Assinatura: _____

GESTORA DO CONTRATO:

NOME: Beatriz Roncato

CARGO: Coordenadora Geral

CPF/MF nº CPF: 359.894.718-66

Assinatura: _____

GESTOR SUBSTITUTO:

NOME: Prof. Dr. Mário Vedovello Filho

CARGO: Diretor Administrativo da FMPFM

CPF/MF nº CPF: 056.602.118-87

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

NOME: Talita Lana Moreira

CARGO: Administradora de Campus

CPF/MF nº CPF: 315.646.258-69

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Condução da Sessão Pública do Pregão.

Nome:

Cargo: Pregoeiro/Agente de Contratação

CPF:

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Auxiliar o Pregoeiro na Sessão Pública do Pregão.

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PAÇO MUNICIPAL - Rua Henrique Coppi, 200 - Loteamento Moro do Ouro - Mogi Guaçu/SP - CEP: 13840-904
Telefones: (19) 3851-7030/7032 - Site: www.mogiguacu.sp.gov.br

73
J

A
ASSESSORIA JURÍDICA DA FEG

Mogi Guaçu, 29 de setembro de 2025.

Ilustríssimo Assessor,

Encaminhamos o presente processo administrativo, de nº 249/2025, tendo como objeto a *"AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA PASSAGEIROS, para o prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro- FMPFM"*, para fins de **análise e emissão de parecer jurídico prévio**, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, quanto à **regularidade jurídica da instrução processual**.

Esclarecemos que todas as **exigências e especificações técnicas** do objeto foram elaboradas pela **Faculdade Municipal Professor Franco Montoro**, que assume integral responsabilidade por seu conteúdo técnico, incluindo o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, estimativas de preços e demais documentos anexos.

Ressaltamos ainda que foram efetuadas novas adequações no Termo de Referência e nos demais documentos técnicos elaborados pela referida Instituição, com vistas a melhor atender aos requisitos legais e às necessidades específicas do objeto.

Reforçamos que este procedimento observa estritamente o **princípio da segregação de funções**, previsto no **art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021**. Tal princípio impõe a distribuição de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos, de modo a garantir **transparência, controle, responsabilização adequada e prevenção de conflitos de interesse**.

Neste contexto:

- À **Instituição** cabe a definição técnica e a motivação da demanda;
- À **assessoria jurídica**, a análise e manifestação quanto à legalidade do procedimento;
- E a esta **Comissão Municipal de Licitações**, a responsabilidade pela **condução formal do certame, sem adentrar no mérito técnico**, respeitando os limites legais de sua atuação.

Por fim, informamos que esta Comissão pautará integralmente sua atuação conforme as diretrizes e conclusões que forem fixadas no parecer jurídico a ser exarado por essa Assessoria, adotando, quando necessário, as providências cabíveis para o fiel cumprimento dos princípios e normas que regem a matéria.

Renovamos protestos de elevada consideração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Adriana Bibiano
Presidente da Comissão Municipal de Licitações



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA – FEG

Mantenedora da **Escola “Professor Cid Chiarelli”** e **Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”**
Rua Hugo Panciera, 386 - Caixa Postal 151 - Cep 13845-190 - Mogi Guaçu-SP
Fone (0xx19) 3861-1915 / (0xx19) 3361-2722 / e-mail: fegcid@bol.com.br / site: www.feg.br
Fundação Pública Municipal - CNPJ nº 52.742.236/0001-05

Mogi Guaçu/SP., 02 de outubro de 2025.

Da: Assessoria Jurídica

Para: Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu

Ref: PA nº 249/2025 – Aquisição, instalação e manutenção preventiva de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600kg, a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”.

Prezada Sra. Adriana,

Trata-se de processo licitatório com o objetivo de aquisição, instalação e manutenção preventiva de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600kg, a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme documentação anexa ao processo.

É a síntese do relatório.

Passa-se ao parecer.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

B



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA – FEG

Mantenedora da **Escola “Professor Cid Chiarelli”** e **Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”**
Rua Hugo Panciera, 386 - Caixa Postal 151 - Cep 13845-190 - Mogi Guaçu-SP
Fone (0xx19) 3861-1915 / (0xx19) 3361-2722 / e-mail fegcid@bol.com.br / site www.feg.br
Fundação Pública Municipal - CNPJ nº 52.742.236/0001-05

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Planejamento da contratação

A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

76
Bj



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA – FEG

Mantenedora da Escola “Professor Cid Chiarelli” e Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”
Rua Hugo Panciera, 386 - Caixa Postal 151 - Cep 13845-190 - Mogi Guaçu-SP
Fone (0xx19) 3861-1915 / (0xx19) 3361-2722 / e-mail fegcid@bol.com.br / site www.feg.br
Fundação Pública Municipal - CNPJ nº 52.742.236/0001-05

Ao que se observa do procedimento encaminhado à assessoria jurídica, presentes estão os documentos que instruem a fase de planejamento atinente a aquisição pretendida.

Consta no processo administrativo Justificativa da autoridade competente (fl. 02), Documento de Formalização de Demanda – DFD (03-04), Orçamentos (fls. 05-07), Estudo Técnico Preliminar – ETP (fls. 08-14), Termo de Referência (fls. 15-26), Reserva de Empenho (fls. 31), Termo de Responsabilidade dos Orçamentos (fl. 32), e a Minuta do Edital de Pregão Eletrônico (fls. 36-72).

O conteúdo de cunho administrativo, não será objeto de análise da assessoria jurídica, apenas os aspectos legais pertinentes a legislação federal, Lei n. 14.133/2021. Em relação a esses, oportuno registrar o teor Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Bj



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA – FEG

Mantenedora da **Escola “Professor Cid Chiarelli”** e **Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”**
Rua Hugo Panciera, 386 - Caixa Postal 151 - Cep 13845-190 - Mogi Guaçu-SP
Fone (0xx19) 3861-1915 / (0xx19) 3361-2722 / e-mail: fegcid@bol.com.br / site: www.feg.br
Fundação Pública Municipal - CNPJ nº 52.742.236/0001-05

Publicidade do edital e do termo do contrato

Destaca-se também a obrigatoriedade da divulgação e manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial dos Municípios, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ainda, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ajustes na minuta do Edital

Após a análise do conteúdo apresentado, foram identificados os seguintes pontos que demandam ajustes para assegurar a clareza e a regularidade do instrumento convocatório:

Item 2.3 – Contatos para esclarecimentos:

O item deverá ser ajustado para constar corretamente os dados de contato da Coordenadora Geral, conforme segue:

Para esclarecimentos e informações complementares, os interessados poderão entrar em contato pelo telefone (19) 3861-6606, falar com Beatriz Roncato, ou pelo e-mail: coordenacaogeral@francomontoro.com.br.

Item 17.6 – Autoridade competente para homologação e revogação:



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA – FEG

Mantenedora da Escola “Professor Cid Chiarelli” e Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”
Rua Hugo Panciera, 386 - Caixa Postal 151 - Cep 13845-190 - Mogi Guaçu-SP
Fone (0xx19) 3861-1915 / (0xx19) 3361-2722 / e-mail fegcid@bol.com.br / site www.feg.br
Fundação Pública Municipal - CNPJ nº 52.742.236/0001-05

Deverá ser alterado para deixar expressa a autoridade responsável pela homologação, anulação ou revogação da licitação, é a Presidente da Fundação Educacional Guaçuana – FEG, nos termos do Decreto Municipal nº 27.089, de 22 de janeiro de 2024.

Minuta do Contrato – Cláusula Sétima:

Recomenda-se alterar a Cláusula Sétima da minuta do contrato para que a previsão de que os preços contratados permanecerão firmes e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato, para garantir a estabilidade econômica da contratação.

Conclusão

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, observado o regramento da Lei n. 14.133/2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Atenciosamente,


Bruno Ferreira dos Santos

Assessor Jurídico

OAB/SP – 481.759



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA – FEG

Mantenedora da Escola “Professor Cid Chiarelli” e Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”
Rua Hugo Panciera, 386 - Caixa Postal 151 - Cep 13845-190 - Mogi Guaçu-SP
Fone (0xx19) 3861-1915 / (0xx19) 3361-2722 / e-mail: compras@francomontoro.com.br / site: www.feg.br
Fundação Pública Municipal - CNPJ nº 52.742.236/0001-05

DA: Faculdade Municipal Professor Franco Montoro – FMPFM

PARA: Prefeitura de Mogi Guaçu – S.A. - Comissão Municipal de Licitações

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 249/2025

Objeto: Aquisição, instalação e manutenção preventiva de elevador para passageiros, cabinado, para 08 (oito) passageiros ou 600kg, a ser instalado no prédio do curso de medicina da Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”.

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 1º do Decreto Municipal nº 27.089/24, nos termos do convênio celebrado pela Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu e a Fundação Educacional Guaçuana – FEG, em 21 de fevereiro de 1994, diante da aprovação da contratação e controle prévio de legalidade efetivados pela Assessoria Jurídica da Fundação Educacional Guaçuana – FEG, AUTORIZO a abertura da licitação pelos Agentes de Contratação designados pela Portaria nº 6/2024, para, no exercício de suas competências atribuídas pelo art. 3º do referido instrumento legal, adotar as medidas necessárias ao procedimento licitatório e a promover a divulgação do edital, em fiel observância à legislação e formalidades dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Nesses termos, encaminho os autos do processo à Comissão Municipal de Licitações para divulgação do edital.

Mogi Guaçu, 2 de outubro de 2025.


LUCIANE ELISABETE PEREIRA

Presidente da Fundação Educacional Guaçuana